

**Demonstrações Contábeis Consolidadas do
Conglomerado Prudencial CAIXA
Junho de 2015**

Índice Geral

	Pág
Relatório dos Auditores Independentes	2
Demonstrativos Contábeis	6
Notas Explicativas da Administração	10

Relatório dos Auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores e Acionista da
Caixa Econômica Federal - CAIXA

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da Caixa Econômica Federal - CAIXA ("CAIXA" ou "Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e outras notas explicativas. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações contábeis

A administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração da CAIXA, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais – Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as referidas demonstrações estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações.

Responsabilidade dos auditores independentes--Continuação

contábeis consolidadas para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da CAIXA. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal – CAIXA, em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Ênfase

Créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a nota 7(b) às demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, que descreve que, em 30 de junho de 2015, a CAIXA (individual e consolidado) possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 26.230 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$ 11.476 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R\$ 2.641 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 17.395 milhões, em 30 de junho de 2015, segue um processo de securitização (emissão de títulos por parte da União), conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos tributários

Chamamos a atenção para a nota 20(b) às demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, que descreve que, em 30 de junho de 2015, a CAIXA possui R\$ 30.040 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias e contribuição social a compensar, deduzidos de provisão para realização desses créditos no valor de R\$ 940 milhões. O valor líquido de R\$ 29.100 milhões, registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para os próximos dez exercícios sociais. A realização desses créditos tributários está diretamente relacionada à geração de lucros tributáveis futuros, a qual pode variar da atual estimativa da administração. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Créditos tributários em controlada em conjunto

Em 30 de junho de 2015, a controlada em conjunto Banco Panamericano S.A., a qual é avaliada pelo método de equivalência patrimonial, possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 2.812 milhões, reconhecidos substancialmente com base em estudo do cenário atual e futuro efetuado em 30 de junho de 2015, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção, custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração do Banco Panamericano S.A. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 2(e), em função de notícias veiculadas na mídia, a partir de 10 de abril de 2015, a respeito do suposto envolvimento de fornecedores de serviços da Caixa na 11ª. fase do processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “A Origem”, a Administração da Caixa adotou ações investigativas, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus empregados e administradores relacionados a essa alegação. Essas ações já foram concluídas, incluindo o processo de investigação interno. Entretanto, como a operação “A Origem” ainda encontra-se em andamento, neste momento não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes do processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos nas demonstrações contábeis da Caixa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis que divulgam que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da CAIXA para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

A Caixa Econômica Federal - CAIXA elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações e contendo as mesmas ênfases acima mencionadas sobre créditos a receber do FCVS, crédito tributário e crédito tributário em controlada em conjunto, em 24 de agosto de 2016.

São Paulo, 24 de agosto de 2015.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-F-SP

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC-1SP172167/O-6

Renata Zanotta Calçada
Contador CRC-1RS062793/O-8

Balanço Patrimonial Consolidado do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	30/06/2015	30/06/2014	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30/06/2015	30/06/2014
CIRCULANTE	540.113.225	484.367.947	CIRCULANTE	646.424.539	570.293.935
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	12.848.709	11.486.230	DEPÓSITOS (Nota 14)	345.702.257	320.979.781
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	125.729.829	85.277.606	Depósitos à vista	27.879.391	24.286.581
Aplicações no mercado aberto	117.566.236	78.461.659	Depósitos de poupança	232.117.335	220.990.257
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8.163.694	6.816.469	Depósitos interfinanceiros	1.936.147	4.092.776
Provisões para perdas	(101)	(522)	Depósitos a prazo	74.643.763	60.820.996
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	125.519.139	123.151.515	Depósitos especiais e de fundos e programas	9.125.621	10.789.171
Carteira própria - livre	43.170.336	80.769.375	CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	174.400.808	141.541.598
Vinculados a compromissos de recompra	71.466.702	40.374.894	Carteira própria	102.341.938	67.056.045
Instrumentos financeiros derivativos	2.062.377	37.894	Carteira de terceiros	72.058.870	74.485.553
Vinculados ao Banco Central	1.100		RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	62.918.178	43.202.167
Vinculados a prestação de garantias	8.818.624	1.969.352	Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	62.760.287	43.202.167
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	98.192.610	93.904.977	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	157.891	
Pagamentos e recebimentos a liquidar	1.496.605	1.983.761	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	2.166.171	2.991.812
Créditos vinculados - depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	95.768.498	91.004.376	Recebimentos e pagamentos a liquidar	2.157.545	2.977.163
Correspondentes	927.507	916.840	Correspondentes	8.626	14.649
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	80.940	82.011	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	685.398	915.061
Recursos em trânsito de terceiros	259	330	Recursos em trânsito de terceiros	613.642	503.538
Transferências internas de recursos	80.681	81.681	Transferências internas de recursos	71.756	411.523
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	138.009.940	122.890.627	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	6.872.091	1.715.077
Setor público	5.606.942	5.091.381	Empréstimos no exterior	6.872.091	1.715.077
Setor privado	147.400.576	130.598.251	OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	1.462.525	2.128.805
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	705.386	550.835	TESOURO NACIONAL - PIS	359.057	402.671
Provisão para operações de créditos	(15.702.964)	(13.349.840)	BNDES	783.297	897.482
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	37.766.669	46.272.456	FGTS	318.086	826.418
Créditos por avais e fianças honorados	32.817	29.200	Outras	2.085	2.234
Carteira de câmbio	4.183.807	1.209.399	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))	73.985	295.350
Rendimentos a receber	3.465.180	2.425.623	Instrumentos financeiros derivativos	73.985	295.350
Negociação e intermediação de valores	55.104	15.662	OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	52.143.126	56.524.284
Créditos específicos	781.653	753.098	Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.480.557	1.148.924
Diversos	29.560.549	42.114.692	Carteira de câmbio	264.984	91.940
Provisão para outros créditos	(312.241)	(275.278)	Sociais e estatutárias	1.248.400	1.087.289
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	1.965.389	1.302.525	Fiscais e previdenciárias	1.839.797	1.815.226
Outros valores e bens	1.957.092	1.237.952	Negociação e intermediação de valores	117.016	6.790
Provisões para perdas	(94.693)	(30.371)	Recursos para destinação específica:	9.554.544	8.455.446
Despesas antecipadas	102.990	94.944	- Obrigações de operações com loterias	891.360	756.764
NÃO CIRCULANTE	579.047.680	479.007.429	- Obrigações por fundos e programas sociais	7.638.044	7.064.038
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	44.573.491	42.970.038	- Obrigações por fundos financ. e de desenvolvimento	1.025.140	634.644
Carteira própria - livre	10.670.844	9.581.158	Instrumentos híbridos de capital e dívida	741.048	
Vinculados a compromissos de recompra	33.900.020	30.868.426	Instrumentos de dívida elegíveis a capital	876.818	845.954
Vinculados ao Banco Central	993		Diversas	36.019.872	43.272.715
Vinculados a prestação de garantias	2.627	2.519.461	NÃO CIRCULANTE	410.212.880	356.836.922
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	26.320.106	21.443.040	DEPÓSITOS (Nota 14)	80.784.042	70.788.319
Créditos vinculados - SFH (Nota 7 (b))	26.320.106	21.443.040	Depósitos interfinanceiros	487.576	452.765
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	470.286.774	396.189.106	Depósitos a prazo	80.296.466	70.335.554
Setor público	44.499.369	36.782.388	CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	1.882.657	4.381.176
Setor privado	434.871.276	367.805.114	Carteira própria	1.882.657	4.381.176
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	4.270.540	3.356.758	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	99.365.563	67.836.000
Provisão para operações de créditos	(13.354.411)	(11.755.154)	Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	86.868.650	58.919.611
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	25.095.275	8.153.860	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	12.496.913	8.916.389
Diversos	25.143.532	8.187.742	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	2.825.578	1.761.520
Provisão para outros créditos	(48.257)	(33.882)	Empréstimos no exterior	2.825.578	1.761.520
PERMANENTE	12.772.034	10.251.385	OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	189.270.657	171.988.560
INVESTIMENTOS (Nota 11)	5.833.380	4.379.005	TESOURO NACIONAL - PIS	351.319	317.018
Participações em coligadas e controladas:			BNDES	30.583.839	26.280.474
- No país	5.378.956	4.081.163	FGTS	156.173.663	144.008.039
- No exterior	200	542	Outras	2.161.836	1.383.029
Outros investimentos	674.391	475.327	OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	36.084.383	40.081.347
Provisão para perdas	(219.967)	(177.485)	Fiscais e previdenciárias	175.555	149.808
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	3.848.753	3.287.755	Instrumentos híbridos de capital e dívida	247.234	
Imóveis de uso	1.408.414	913.688	Instrumentos de dívida elegíveis a capital	19.678.516	39.931.539
Reavaliações de imóveis de uso	728.363	744.196	Diversas	15.983.078	
Outras imobilizações de uso	7.029.859	6.173.065	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	62.523.486	36.244.519
Depreciações acumuladas	(5.317.883)	(4.543.194)	Capital social:	22.054.802	22.054.802
INTANGÍVEL (Nota 13)	3.089.901	2.584.625	- Capital de domiciliados No país	35.000.000	35.000.000
Ativos intangíveis	4.428.750	3.866.379	- Capital a realizar	(12.945.198)	(12.945.198)
Amortizações acumuladas	(1.338.849)	(1.281.754)	Instrumento elegível ao capital principal	36.086.566	8.000.000
TOTAL	1.119.160.905	963.375.376	Reservas de capital	167	167
			Reserva de reavaliação	400.031	388.622
			Reservas de lucros	6.221.877	3.884.084
			Ajuste de avaliação patrimonial	(3.839.032)	(209.255)
			Lucros/Prejuízos Acumulados	1.599.075	2.126.099
			TOTAL	1.119.160.905	963.375.376

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Consolidada do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2015	2014
	1º semestre	1º semestre
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)	65.311.853	47.707.642
Operações de crédito (Nota 8 (e))	40.759.197	30.429.462
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (a) e 6 (d))	17.353.810	13.304.987
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (h))	2.019.157	(893.139)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))		299.977
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	5.140.712	4.242.683
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	38.977	323.672
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)	(55.014.426)	(36.246.467)
Operações de captação no mercado (Notas 14 (c); 15 (b) e 16 (b))	(34.381.375)	(24.185.304)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (c))	(7.575.090)	(5.450.286)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))	(1.957.628)	
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(1.517.406)	(181.208)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (h))	(9.582.927)	(6.429.669)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	10.297.427	11.461.175
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(8.885.428)	(7.711.277)
Receitas de prestação de serviços (Nota 23 (a))	8.018.304	7.286.883
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (b))	1.980.055	1.544.999
Despesas de pessoal (Nota 24)	(9.628.111)	(8.534.090)
Outras despesas administrativas (Nota 25)	(5.636.381)	(5.313.717)
Despesas tributárias (Nota 29)	(1.714.760)	(1.461.567)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11)	317.307	277.540
Outras receitas operacionais (Nota 26)	5.479.983	4.974.665
Outras despesas operacionais (Nota 27)	(7.701.825)	(6.485.990)
RESULTADO OPERACIONAL	1.411.999	3.749.898
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 28)	(252.704)	(285.891)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.159.295	3.464.007
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (c))	2.759.157	277.490
Tributos correntes	(668.682)	(884.374)
Ativo fiscal diferido	3.333.159	681.838
Passivo fiscal diferido	94.680	480.026
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	(435.226)	(352.030)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	3.483.226	3.389.467

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidada do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	22.054.802	8.000.000	167	392.929	2.005.496	2.896.900	23.069		35.373.363
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(232.324)		(232.324)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO				4.433					4.433
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(6.422)	(6.422)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(8.740)				8.740	
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS							(1.441.901)		(1.441.901)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								3.389.467	3.389.467
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					169.473			(169.473)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)						254.116		(254.116)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(654.268)	(654.268)
Dividendos propostos								(89.387)	(89.387)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(98.442)	(98.442)
SALDOS S EM 30 DE JUNHO DE 2014	22.054.802	8.000.000	167	388.622	2.174.969	1.709.115	(209.255)	2.126.099	36.244.519
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	22.054.802	35.867.958	167	408.392	2.325.326	4.547.771	(3.113.693)		62.090.723
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(725.339)		(725.339)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO				7.419					7.419
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(5.032)	(5.032)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(15.780)				15.780	
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		218.608							218.608
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS							(1.043.352)		(1.043.352)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								3.483.226	3.483.226
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					139.830			(139.830)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)						252.302		(252.302)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(816.147)	(816.147)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(686.620)	(686.620)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	22.054.802	36.086.566	167	400.031	2.465.156	3.756.721	(3.839.032)	1.599.075	62.523.486

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2015	2014
	1º semestre	1º semestre
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	12.008.322	11.080.396
Lucro Líquido	3.483.226	3.389.467
Ajustes ao Lucro Líquido:	8.525.096	7.690.929
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/ Passivos)	349.573	1.000.809
(Ganho)/Perda em Investimentos	(188.904)	(29.852)
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	(4.193)	
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	(55)	(801.451)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.582.927	6.429.669
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	738.636	419.296
Depreciações e Amortizações	803.054	722.542
Impostos Diferidos	(3.427.839)	(1.161.864)
Despesas com provisões para causas judiciais	837.072	485.306
Resultado de Participação em Coligadas	(317.307)	(277.540)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	122.711	904.014
Despesas com atualização monetária de dividendos complementares pagos	29.421	
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(3.275.120)	32.542.807
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(1.629.776)	855.727
(Aumento) Redução em TVM para negociação	(2.421.390)	(5.277.153)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(2.423.366)	(4.815.856)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(1.233.210)	(529.033)
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	(367.302)	(617.087)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(47.100.800)	(63.661.260)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	246.486	5.325.348
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(407.069)	554.453
(Redução) Aumento em Depósitos	7.147.543	30.712.912
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	3.513.581	29.348.384
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	24.534.664	27.215.173
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	20.203	206.147
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	17.549.214	16.039.850
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	(394.966)	(2.002.366)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(308.932)	(812.432)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	8.733.202	43.623.203
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	(3.371.877)	761.703
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	1.769.830	36.007
Aquisição de Investimentos		
Alienação de Imobilizado de Uso	14.066	(924)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(573.857)	(658.281)
Baixa de Intangível	11.467	10.764
Aquisição de Intangível	(287.872)	(385.609)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(2.438.243)	(236.340)
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Incorporação de remuneração de IHCD	218.608	
Dividendos complementares dos exercícios de 2014	(1.072.773)	(1.441.901)
Dividendos/Juros sobre o capital próprio	(816.147)	(743.655)
Remuneração IHCD	(1.448.100)	
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(3.118.412)	(2.185.556)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.176.547	41.201.307
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA		
Caixa e Equivalentes no início do Período	127.238.398	48.746.582
Caixa e Equivalentes no fim do período	130.414.945	89.947.889
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	3.176.547	41.201.307

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice das Notas Explicativas	Página
Nota 1 – Contexto operacional	11
Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial	12
Nota 3 – Principais práticas contábeis	13
Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa	22
Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez	22
Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	23
Nota 7 – Relações interfinanceiras	32
Nota 8 – Carteira de crédito	33
Nota 9 – Outros créditos	39
Nota 10 – Outros valores e bens	42
Nota 11 – Participações em controladas e coligadas	43
Nota 12 – Imobilizado de uso	45
Nota 13 – Intangível	45
Nota 14 – Depósitos	46
Nota 15 – Captações no mercado aberto	49
Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos	49
Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses	50
Nota 18 – Outras obrigações	51
Nota 19 – Patrimônio líquido	57
Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	59
Nota 21 – Receitas da intermediação financeira	62
Nota 22 – Despesas da intermediação financeira	62
Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	63
Nota 24 – Despesas com pessoal	64
Nota 25 – Outras despesas administrativas	64
Nota 26 – Outras receitas operacionais	65
Nota 27 – Outras despesas operacionais	66
Nota 28 – Resultado não operacional	67
Nota 29 – Despesas tributárias	67
Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias	68
Nota 31 – Partes relacionadas	72
Nota 32 – Gerenciamento do risco corporativo	75
Nota 33 – Eventos Subsequentes	77

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Instituição) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal - Brasil. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, opera por meio de escritórios de representação no Japão, nos Estados Unidos e na Venezuela. Seu capital social pertence integralmente à União.

A CAIXA desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários, incluindo a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, a negócios com cartões de débito e crédito.

Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios por intermédio de participações societárias na Caixa Seguros Holding S/A, na Pan Seguros S/A e na Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda.

A CAIXA iniciou, ao longo deste semestre, a reestruturação societária do segmento de seguridade com a criação da empresa CAIXA Seguridade Participações S/A (“CAIXA Seguridade”) e da CAIXA Operadora de Seguros S/A (“CAIXA Operadora”).

A Instituição exerce papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social do País, é o principal parceiro do Governo Federal na promoção de políticas públicas, na execução dos programas de transferência de renda e na implantação da política nacional de habitação, e sua atuação se estende por diversas áreas, como habitação de interesse social, saneamento básico, infraestrutura, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, desenvolvimento rural, e outras vinculadas ao desenvolvimento sustentável e direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente os de baixa renda.

Delegada pelo Governo Federal, a instituição exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB), dentre outros, e administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. Os fundos e programas administrados são entidades jurídicas independentes, geridas por regulamentação e estrutura de governança específicas e possuem contabilidade própria.

A fim de cumprir seu objeto social, em conformidade com a Lei 11.908/2009, a CAIXA constituiu as subsidiárias integrais Caixa Participações S/A – CAIXAPAR, CAIXA Seguridade e CAIXA Operadora.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas com o propósito específico de atender às determinações da Resolução nº 4.280/2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Circular nº 3.701/2014, do Banco Central do Brasil (BACEN), não devendo assim serem confundidas com o conjunto de “Demonstrações Contábeis Consolidadas BrGaap”, as quais são elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, em consonância com as normas e instruções do CMN, do BACEN, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros, ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

De acordo com as determinações vigentes, o Conglomerado Prudencial está composto pela CAIXA, instituição líder, pela CAIXA Consórcios S.A., com controle conjunto indireto por meio da subsidiária CAIXAPAR e pelo Fundo Exclusivo Jequitibá, com controle caracterizado pela assunção e retenção de riscos e benefícios detidos pela CAIXA Consórcios S.A.

O controle conjunto indireto exercido no Banco Pan é praticado pela CAIXA, por meio da subsidiária CAIXAPAR, e pelo Banco BTG Pactual S.A. o que conduz a uma situação de controle onde os controladores e a controlada são instituições financeiras. O BACEN emitiu ofício dispensando a CAIXA e o Banco BTG Pactual S.A. de realizar os procedimentos de consolidação sobre as suas participações nesta instituição.

A CAIXA também exerce controle conjunto indireto, por meio da CAIXAPAR, na empresa Elo Serviços S.A. que será enquadrada como instituição de pagamentos a partir da obtenção de autorização do BACEN. Esta empresa será incluída no Conglomerado Prudencial após a obtenção da referida autorização.

A CAIXAPAR possui controle caracterizado pela assunção e retenção de riscos e benefícios nos Fundos de Investimento em Participações Veneza e Amsterdam, entretanto, os valores representativos destas participações não apresentam materialidade para inclusão no Conglomerado Prudencial.

As Demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da CAIXA são de responsabilidade da Administração. As demonstrações de 30 de junho de 2015 foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 21 de agosto de 2015 e pelo Conselho de Administração em 24 de agosto de 2015.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial estão descritas a seguir:

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens das demonstrações contábeis de cada entidade do grupo são mensurados com a mesma moeda funcional. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e Passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do Balanço Patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério *pro rata dia* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa.

Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados pelo seu valor de face e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis. Os equivalentes de caixa caracterizam-se pela alta liquidez, são considerados na gestão dos compromissos de curto prazo, contratados com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa são apresentados na Nota 5.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável. Nas operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, quando da venda definitiva do título, o passivo referente à obrigação de devolução do título é avaliado pelo valor de mercado.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota 5.

(e) Títulos e valores mobiliários

São inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, na data em que a CAIXA se torna parte interessada na relação contratual do instrumento, incluindo compras ou vendas de ativos financeiros que requerem sua entrega em tempo determinado, estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e a finalidade da sua aquisição e conforme suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações ou desvalorizações são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
- **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificado de outra categoria. Os títulos classificados nessa categoria devem ser acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independente de sua classificação, são apropriados *pro rata dia*, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado. As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

A cada trimestre a CAIXA avalia se há qualquer evidência objetiva de perda nos instrumentos de dívida e nos instrumentos de patrimônio, classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Caso haja evidência que não seja considerada temporária, incluindo as mencionadas a seguir, seus efeitos são reconhecidos no resultado do período como perdas realizadas:

- Declínio significativo ou prolongado no valor de mercado dos títulos patrimoniais, abaixo do seu custo;
- Alterações significativas com efeito adverso que tenham ocorrido no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual o emissor opera, e indica que o custo do investimento no instrumento patrimonial pode não ser recuperado;
- Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado ou quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota 6 (a), (b) e (c).

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps, futuros de taxa de juros e futuros de câmbio em moeda estrangeira, detidos na carteira de negociação com a finalidade de hedge financeiro ou hedge contábil, contabilizados conforme a Circular BACEN 3.082/2002.

Os derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, com exceção da parcela eficaz de hedge de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quando o derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a reavaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes das variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros qualificados para hedge contábil são classificados como:

- **Hedge de Risco de Mercado:** Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- **Hedge de Fluxo de Caixa:** A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Ao aplicar a metodologia de hedge contábil, a CAIXA documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge (derivativos) e os itens protegidos, os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização do hedge.

A documentação também contempla a natureza dos riscos protegidos, a natureza dos riscos excluídos, a demonstração prospectiva de eficácia da relação de hedge e a forma em que será avaliada a eficácia dos derivativos na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos.

A CAIXA aplica a metodologia de hedge contábil e classifica os instrumentos financeiros derivativos na categoria hedge de risco de mercado. As variações no valor justo desses derivativos designados e qualificados como hedge de risco de mercado são registradas na demonstração do resultado. O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto ajusta o valor escriturado do item coberto em contrapartida ao resultado do período. Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil, avaliado ao custo, de um item protegido por hedge é amortizado no resultado durante o período até o vencimento do instrumento financeiro. Se o item objeto de hedge for baixado, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota 6.

(g) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor justo é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis, como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

Informações adicionais sobre como o valor justo dos instrumentos financeiros é calculado estão disponíveis na Nota 32.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Prazo em dobro (1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H

(1) Para as operações com prazo remanescente superior a 36 meses, a contagem dos períodos de atraso é realizada em dobro, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas a prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível "H". Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.

A partir de janeiro de 2012, conforme as Resoluções CMN nº 3.533/2008 e nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos e benefícios passaram a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para créditos de liquidação duvidosa são apresentados na Nota 8.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006.

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

A provisão para IRPJ é constituída no passivo à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. A CSLL é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentados na Nota 20.

(j) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas.

A composição das despesas antecipadas é apresentada na Nota 10.

(k) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas ou empresas cuja influência seja significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição. Os investimentos, independentemente do método de avaliação, são submetidos a teste de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN.

A composição dos investimentos em empresas controladas e coligadas é apresentada na Nota 11.

(l) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais, tais como: prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computadores e outros utensílios. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação e depreciados pelo método linear sem valor residual.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	25 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos
Sistema de segurança	05 anos

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados a estes ativos. A Instituição avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicativo de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado. Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente, se esta for estimada novamente.

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

Custos subsequentes são reconhecidos no imobilizado, desde que atendam aos critérios para reconhecimento como ativo imobilizado. Os custos de serviços diários de manutenção em itens do imobilizado, tais como mão de obra, material de consumo e reposição de peças de pequeno valor, são reconhecidos como despesas do período em que foram incorridas.

A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações, assim como a mais-valia não registrada para imóveis e os índices de imobilização estão apresentados na Nota 12.

(m) Intangível

O intangível é representado por bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. São ativos não monetários identificáveis, separáveis de outros ativos, sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas, cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável (*impairment*), conforme estabelece a Resoluções CMN nº 3.566/2008 e nº 3.642/2008.

Eles podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa para as entidades consolidadas for imprevisível, com base em uma análise de todos os fatores relevantes. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, esses ativos são revisados ao final de cada período contábil, a fim de determinar se suas vidas úteis continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de *software* e de aquisição de folhas de pagamento, que se referem a valores pagos para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários mediante contratos de parceria comercial com setores públicos e privados.

Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado sob a rubrica 'depreciação e amortização', em outras despesas administrativas e possuem as seguintes taxas de amortização:

Grupo de intangível	Prazo
Projetos logiciais – <i>software</i>	5 anos
Aquisição de folha de pagamento	Até 5 anos

A composição dos ativos intangíveis e sua movimentação são apresentadas na Nota 13.

(n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A CAIXA promove ao final de cada exercício a avaliação de seus ativos não financeiros no intuito de verificar se há evidência objetiva de perda ao seu valor recuperável. Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, a CAIXA verifica o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, o qual é apurado pelo potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

A CAIXA não apresenta redução ao valor recuperável em ativos classificados como imobilizados de uso.

(o) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata dia*.

A composição dos depósitos e das captações no mercado aberto, seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado, bem como dos recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses são apresentados nas Notas 14, 15, 16 e 17, respectivamente.

Nas operações de captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente, e são detalhadas na Nota 15 (b).

(p) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009:

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Ativos contingentes:** são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, tornando o ganho praticamente certo, e pela capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passível exigível. Os ativos contingentes, cuja possibilidade de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas;
- **Passivos contingentes:** são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa com uma provável saída de recursos para a liquidação da obrigação e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As causas administrativas ou judiciais classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas notas explicativas quando individualmente relevante, e as classificadas como perdas remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança;
- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** envolvem processos judiciais em andamento, cujo objeto de contestação é a legalidade e constitucionalidade da obrigação, e que, independente da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial.

O detalhamento dos ativos e passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota 30.

(q) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência média são reconhecidos de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 695/2012.

No plano de aposentadoria do tipo benefício definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios. O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego.

Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAIXA e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial.

Outro benefício concedido é o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA fornece também aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes. A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo de 11,25% sobre o resultado anual orçado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

A Deliberação CVM 695/2012 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados e estabeleceu para os planos de benefício definido alterações na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego, como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos. A adoção do Pronunciamento se iniciou a partir de 1 de janeiro de 2013 e implicou o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida da conta “outros ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido.

(r) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base *pro rata dia* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata dia*.

(s) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por eventos que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis e originam ajustes. Eventos que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis não originam ajustes.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	30/06/2015	30/06/2014
Total de Disponibilidades (caixa)	12.848.709	11.486.230
Disponibilidade em moeda nacional	7.692.026	7.065.218
Disponibilidade em moeda estrangeira	5.156.683	4.421.012
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	117.566.236	78.461.659
Total	130.414.945	89.947.889

(1) Operações com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e com risco insignificante de mudança no valor justo.

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	30/06/2015	30/06/2014
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	45.463.206	-	-	45.463.206	3.976.107
Letras Financeiras do Tesouro	202.992	-	-	202.992	150.617
Letras do Tesouro Nacional	33.554.284	-	-	33.554.284	2.221.080
Notas do Tesouro Nacional	11.705.930	-	-	11.705.930	1.604.410
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	72.103.030	-	-	72.103.030	74.485.552
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	10.404.661
Letras do Tesouro Nacional	6.270.687	-	-	6.270.687	38.851.384
Notas do Tesouro Nacional	65.832.343	-	-	65.832.343	25.229.507
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.573.658	1.589.935	112.045	8.163.593	6.815.947
Depósitos interfinanceiros	5.663.547	-	-	5.663.547	6.816.469
Depósitos interfinanceiros - crédito rural (1)	910.212	1.589.935	112.045	2.500.147	-
Provisão para perdas em depósitos interfinanceiros	(101)	-	-	(101)	(522)
Total - ativo circulante	124.139.894	1.589.935	112.045	125.729.829	85.277.606

(1) Inclui acordo de compensação e liquidação de obrigações firmado entre a CAIXA e o banco SICRED no montante de R\$ 151.283 - em 31/12/2014, conforme Resolução CMN nº 3.263/05.

(a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Compõe “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” na Demonstração do Resultado

Descrição	2015	2014
	1º semestre	1º semestre
Rendas de aplicações no mercado aberto	7.785.496	4.706.085
Posição bancada	1.913.497	619.684
Posição financiada	5.871.999	4.086.401
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	382.708	290.705
Total	8.168.204	4.996.790

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
(a) Composição

Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Banco Central		
Títulos Públicos – Brasil	42.633.418	97.816.015	8.821.251	1.100	-	149.271.784
Letras Financeiras do Tesouro	2.724.097	40.416	2.300	-	-	2.766.813
Letras do Tesouro Nacional	23.615.866	73.833.752	8.816.324	1.100	-	106.267.042
Notas do Tesouro Nacional	16.286.291	23.941.847	2.627	-	-	40.230.765
Tesouro Nacional/ Securitização	7.164	-	-	-	-	7.164
Títulos - Empresas	11.207.762	7.550.707	-	-	-	18.758.469
Debêntures	615.943	7.169.978	-	-	-	7.785.921
Nota promissória	299.462	-	-	-	-	299.462
Letras de Crédito Imobiliário	77.327	-	-	-	-	77.327
Letras Financeiras	221.254	-	-	-	-	221.254
Cotas de Fundos	201.310	-	-	-	-	201.310
Certificado de Recebíveis Imobiliários	519.398	380.729	-	-	-	900.127
Ações	9.269.745	-	-	-	-	9.269.745
Outros	3.323	-	-	-	-	3.323
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	2.062.377	2.062.377
Total em 30/06/2015	53.841.180	105.366.722	8.821.251	1.100	2.062.377	170.092.630
Total em 30/06/2014	90.350.533	71.243.320	4.488.813	993	37.894	166.121.553

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Classificação da carteira por prazo

Descrição	30/06/2015									
	Custo	Ajuste Resultado (1)	Ajuste Patr.líquido (2)	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos Públicos - Brasil	150.755.892	(1.483.624)	(484)	149.271.784	149.074.177	-	2.483.359	11.267.033	27.860.563	107.660.829
Letras Financeiras do Tesouro	2.764.130	2.683	-	2.766.813	2.766.813	-	7.445	-	-	2.759.368
Letras do Tesouro Nacional	107.709.244	(1.442.202)	-	106.267.042	106.088.691	-	2.475.914	11.267.033	27.850.602	64.673.493
Notas do Tesouro Nacional	40.272.442	(44.105)	2.428	40.230.765	40.211.509	-	-	-	9.961	40.220.804
Tesouro Nacional/Securitização	10.076	-	(2.912)	7.164	7.164	-	-	-	-	7.164
Títulos - Empresas	18.662.807	(22.688)	118.350	18.758.469	18.748.183	9.471.055	88.520	754	302.031	8.896.109
Debêntures	7.815.513	(22.695)	(6.897)	7.785.921	7.785.921	-	-	-	-	7.785.921
Nota promissória	296.784	-	2.678	299.462	299.462	-	-	-	299.462	-
Letras de Crédito Imobiliário	77.280	-	47	77.327	77.327	-	-	-	-	77.327
Letras Financeiras	221.180	-	74	221.254	221.254	-	88.520	-	-	132.734
Cotas de Fundos	201.310	-	-	201.310	201.310	201.310	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	861.707	7	38.413	900.127	889.826	-	-	-	-	900.127
Ações	9.185.710	-	84.035	9.269.745	9.269.745	9.269.745	-	-	-	-
Outros	3.323	-	-	3.323	3.338	-	-	754	2.569	-
Total – TVM	169.418.699	(1.506.312)	117.866	168.030.253	167.822.360	9.471.055	2.571.879	11.267.787	28.162.594	116.556.938
Para negociação (3)	104.323.628	(1.506.312)	-	102.817.316	102.817.316	66.613	2.483.359	9.330.023	18.953.875	71.983.446
Disponíveis para Venda	17.568.481	-	117.866	17.686.347	17.686.347	9.404.442	88.520	-	299.462	7.893.923
Mantidos até o Vencimento (4)	47.526.590	-	-	47.526.590	47.318.697	-	-	1.937.764	8.909.257	36.679.569
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.062.377	-	-	2.062.377	2.062.377	-	30.059	237.480	86.315	1.708.523
Total – TVM e Derivativos	171.481.076	(1.506.312)	117.866	170.092.630	169.884.737	9.471.055	2.601.938	11.505.267	28.248.909	118.265.461

(1) Ajuste a valor de mercado no resultado.

(2) Ajuste a valor de mercado no patrimônio líquido. O efeito da marcação a mercado registrada no patrimônio líquido é de 114.994 em 30/06/2015 (30/06/2014 - 762.939), líquido dos efeitos tributários.

(3) Os títulos da categoria para negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

(4) Os títulos da categoria mantidos até o vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no patrimônio líquido.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

(c.1) Categoria I - Títulos para negociação

Descrição	30/06/2015							30/06/2014			
	Sem vencim.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado
Títulos Públicos	-	2.483.359	9.330.023	18.953.875	71.055.011	103.305.892	(1.483.624)	101.822.268	102.505.408	(771.908)	101.733.500
LFT	-	7.445	-	-	2.759.368	2.764.130	2.683	2.766.813	63.184	(8)	63.176
LTN	-	2.475.914	9.330.023	18.953.875	60.678.111	92.880.125	(1.442.202)	91.437.923	102.415.353	(770.324)	101.645.029
NTN	-	-	-	-	7.617.532	7.661.637	(44.105)	7.617.532	26.871	(1.576)	25.295
Títulos - Empresas	66.613	-	-	-	928.435	1.017.736	(22.688)	995.048	1.575.596	(6.478)	1.569.118
Debêntures	-	-	-	-	927.097	949.792	(22.695)	927.097	1.550.543	(6.500)	1.544.043
Cotas de fundos	66.613	-	-	-	-	66.613	-	66.613	22.779	-	22.779
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	1.338	1.331	7	1.338	2.274	22	2.296
Total	66.613	2.483.359	9.330.023	18.953.875	71.983.446	104.323.628	(1.506.312)	102.817.316	104.081.004	(778.386)	103.302.618

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

Descrição	30/06/2015							30/06/2014			
	Sem vencim.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado
Títulos Públicos	-	-	-	-	14.687	15.171	(484)	14.687	31.545	(1.398)	30.147
LTN	-	-	-	-	-	-	-	-	12.871	129	13.000
NTN	-	-	-	-	7.523	5.095	2.428	7.523	4.838	2.357	7.195
Tesouro Nacional/ Securizados	-	-	-	-	7.164	10.076	(2.912)	7.164	13.836	(3.884)	9.952
Títulos – Empresas	9.404.442	88.520	-	299.462	7.879.236	17.553.310	118.350	17.671.660	17.373.540	(1.332.048)	16.041.492
Debêntures	-	-	-	-	6.858.824	6.865.721	(6.897)	6.858.824	6.412.253	(50.523)	6.361.730
Nota promissória	-	-	-	299.462	-	296.784	2.678	299.462	-	-	-
Letras de Crédito Imobiliário	-	-	-	-	77.327	77.280	47	77.327	677.678	41	677.719
Letras Financeiras	-	88.520	-	-	132.734	221.180	74	221.254	223.164	17	223.181
Cotas de Fundos	134.697	-	-	-	-	134.697	-	134.697	183.102	-	183.102
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	810.351	771.938	38.413	810.351	588.989	8.367	597.356
Ações (2)	9.269.745	-	-	-	-	9.185.710	84.035	9.269.745	9.288.354	(1.289.950)	7.998.404
Total	9.404.442	88.520	-	299.462	7.893.923	17.568.481	117.866	17.686.347	17.405.085	(1.333.446)	16.071.639

(1) Ajuste a valor de mercado. O efeito da marcação a mercado registrada no patrimônio líquido é de 114.994 em 30/06/2015 (30/06/2014 – 762.939), líquido dos efeitos tributários.

(2) As participações acionárias, classificadas na Categoria II, são passíveis de aplicação de testes de impairment periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001, no 1º semestre de 2015, foi apurada e reconhecida uma perda no valor recuperável em ações no montante de R\$ 83.138.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

A CAIXA apresenta capacidade financeira para manter estes títulos até seus respectivos vencimentos em convergência com a intenção da Administração.

Descrição	30/06/2015					30/06/2014		
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
Títulos Públicos	-	1.937.010	8.906.688	36.591.131	47.434.829	47.237.222	46.421.585	46.829.601
LFT	-	-	-	-	-	-	514.545	514.571
LTN	-	1.937.010	8.896.727	3.995.382	14.829.119	14.650.768	11.520.748	11.528.789
NTN	-	-	9.961	32.595.749	32.605.710	32.586.454	34.386.292	34.786.241
Títulos - Empresas	-	754	2.569	88.438	91.761	81.475	287.817	287.817
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	88.438	88.438	78.137	279.292	279.292
Outros	-	754	2.569	-	3.323	3.338	8.525	8.525
Total	-	1.937.764	8.909.257	36.679.569	47.526.590	47.318.697	46.709.402	47.117.418

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	2015	2014
	1º semestre	1º semestre
Ativos financeiros mantidos para negociação	4.808.724	4.636.062
Ativos financeiros disponíveis para venda	747.542	805.107
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	3.621.581	2.859.460
Outros	7.759	7.568
Total	9.185.606	8.308.197

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de swap são registrados com ou sem garantia na BM&FBovespa ou na Cetip.

No caso do registro com garantia, há uma clearing que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a clearing que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma clearing que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos e os valores são calculados entre as partes. Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrado pelas partes. Neste caso há risco de crédito, até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

(f) Hedge Contábil

A CAIXA estabeleceu estruturas de hedge de valor justo para proteger a exposição à variação no risco de mercado no pagamento de juros e principal das emissões externas e das emissões em letras financeiras indexadas ao IPCA.

O hedge contábil das emissões externas tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar no pagamento do principal, dos juros e do imposto de 15% sobre o pagamento dos juros, objeto do hedge.

A estrutura é construída para os saldos internalizados e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do Dólar + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

O hedge contábil estruturado para as letras financeiras indexadas ao IPCA tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do hedge, e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade das operações se mantém próxima de 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

HEDGE CONTÁBIL						
Estruturas	30/06/2015		Objeto de Hedge	30/06/2014		
	Instrumentos de Hedge			Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge
	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado (1)	Valor Contábil	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado (1)	Valor Contábil
Hedge das Emissões Externas	5.169.942	1.545.993	7.878.741	4.276.580	(63.647)	4.614.165
Hedge das Letras Financeiras	930.660	(5.145)	1.142.758	837.660	(14.532)	900.259
Total	6.100.602	1.540.848	9.021.499	5.114.240	(78.179)	5.514.424

(1) Ajuste acumulado dos contratos de swap

ESTRUTURA TEMPORAL				
Vencimento	30/06/2015		30/06/2014	
	Hedge das Emissões Externas	Hedge das Letras Financeiras	Hedge das Emissões Externas	Hedge das Letras Financeiras
2014	-	-	79.410	-
2015	111.125	-	153.751	-
2016	213.509	-	147.443	-
2017	1.975.238	95.000	1.913.888	45.000
2018	145.126	16.500	87.837	3.500
2019	1.944.625	10.150	1.113.931	5.800
2020	30.805	11.360	30.805	11.360
2021	29.717	25.000	29.717	10.000
2022	719.797	-	719.798	-
2023	-	562.000	-	562.000
2024	-	203.450	-	200.000
2025	-	7.200	-	-
Total	5.169.942	930.660	4.276.580	837.660

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

g) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, demonstrada pelo seu valor referencial e patrimonial:

Descrição	Conta de Compensação / Valor Referencial		Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajustes ao Valor de Mercado (Res. / PL)	Valor Patrimonial	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2015	30/06/2015	30/06/2014
Contratos de Futuros						
Compromissos de Compra	-	-	-	-	-	-
Cupom Cambial	-	-	-	-	-	-
Compromissos de Venda	91.889.130	92.413.115	-	-	-	-
Mercado Interfinanceiro	91.795.047	92.357.277	-	-	-	-
Moeda Estrangeira	94.083	55.838	-	-	-	-
Contratos de Swaps						
Posição Ativa	11.378.741	7.513.690	2.271.909	(209.532)	2.062.377	37.894
Índices	930.695	837.798	44.879	(33.901)	10.978	3.260
Moeda Estrangeira	10.448.046	6.675.892	2.227.030	(175.631)	2.051.399	34.634
Posição Passiva	11.378.741	7.513.690	58.507	15.478	73.985	295.350
Índices	930.695	837.798	16.290	-	16.290	18.183
Moeda Estrangeira	10.448.046	6.675.892	42.217	15.478	57.695	277.167

(h) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por contra parte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial:

Descrição	30/06/2015							30/06/2014
	Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado (Result./ Patrimônio Líquido)	Valor Patrimonial	01 – 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Patrimonial
Posição Ativa:								
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	2.271.909	(209.532)	2.062.377	30.059	237.480	86.315	1.708.523	37.894
BM&FBOVESPA	44.879	(33.901)	10.978	-	-	-	10.978	3.226
Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-
Inst. Financeiras	2.227.030	(175.631)	2.051.399	30.059	237.480	86.315	1.697.545	34.668
Posição Passiva:								
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	58.507	15.478	73.985	1.316	58	23.271	49.340	295.350
BM&FBOVESPA	16.122	-	16.122	-	-	-	16.122	17.758
Empresas	122	-	122	-	-	122	-	427
Inst. Financeiras	42.263	15.478	57.741	1.316	58	23.149	33.218	277.165

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor de mercado:

Descrição	30/06/2015				30/06/2014	
	01 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Contas de Compensação/ Valor Referencial						
Contratos Futuros	2.569.826	9.337.826	13.318.110	66.663.368	91.889.130	92.413.115
Contratos de Swaps	289.181	1.239.753	1.523.794	8.326.013	11.378.741	7.513.690

(j) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

Descrição	2015	2014
	1º semestre	1º semestre
Swap	1.391.143	(428.278)
Futuro	628.014	(464.861)
Total realizado	2.019.157	(893.139)

(k) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento de todos os contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

Descrição	30/06/2015	30/06/2014
Títulos públicos	8.822.351	4.489.806
Notas do Tesouro Nacional	2.627	2.512
Letras do Tesouro Nacional	8.819.724	4.481.633
Letras Financeiras do Tesouro	-	5.661

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 7 – Relações interfinanceiras

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, portanto não são considerados equivalentes de caixa.

Descrição	Remuneração	30/06/2015	30/06/2014
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	3.960.386	3.562.205
Compulsório sobre depósito de poupança (1)	TR + 6,17% a.a.	56.536.023	43.900.489
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	11.774.385	12.870.839
Compulsório adicional	Taxa SELIC	23.497.704	30.670.843
Total		95.768.498	91.004.376

(1) Para os depósitos realizados a partir de 04/05/2012, quando a taxa SELIC for menor ou igual a 8,5% a.a., a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança será a TR + 70% da taxa SELIC anual.

(b) A rubrica "SFH - Sistema Financeiro da Habitação" inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo.

Descrição	30/06/2015	30/06/2014
FGTS a ressarcir	90.116	96.976
FCVS a receber	28.870.978	24.606.903
Não habilitados (1)	1.903.472	1.237.423
Habilitados e não homologados (2)	9.572.767	7.281.612
Habilitados e homologados (3)	17.394.739	16.087.868
Provisão FCVS a receber	(2.640.988)	(3.260.839)
Total (líquido de provisão) (4)	26.320.106	21.443.040

(1) Representam contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(2) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final.

(3) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização para a sua realização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000.

(4) Variação representada essencialmente pelo recebimento de R\$ 3.068.077 de créditos FCVS, com deságio de R\$ 1.411.087 (Nota 9 (b)) pela cessão de créditos com a EMGEA, no 3º trimestre de 2014.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

Descrição	2015	2014
	1º semestre	1º semestre
Créditos vinculados ao BACEN	4.109.439	3.431.948
Créditos vinculados ao SFH	1.031.273	810.735
Total	5.140.712	4.242.683

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 8 – Carteira de crédito

(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

Operações de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2015	30/06/2014
Operações de crédito	268.284.081	149.207.718	85.116.832	75.907.885	27.010.662	9.621.117	3.781.307	3.214.941	15.209.546	637.354.089	544.184.727
Empréstimos e Títulos descontados	25.243.804	54.917.942	27.488.271	24.752.865	6.560.687	4.023.914	1.541.416	1.530.590	5.365.362	151.424.851	152.140.369
Financiamentos	10.684.487	13.333.775	4.486.606	4.547.295	4.426.056	1.569.901	1.031.010	798.844	3.982.750	44.860.724	34.992.709
Financiamentos rurais e agroindustriais	694.158	1.479.422	1.970.437	1.383.863	719.200	25.583	18.899	18.117	100.488	6.410.167	3.613.548
Financiamentos imobiliários	192.388.249	58.213.414	49.717.033	42.044.530	14.862.265	1.654.651	1.184.323	859.311	5.718.631	366.642.407	303.547.992
Financiamentos de infraestrutura	39.273.383	16.449.732	1.376.295	3.139.894	426.476	2.339.572	334	-	34.327	63.040.013	45.982.514
Cessão de créditos	-	4.813.433	78.190	39.438	15.978	7.496	5.325	8.079	7.988	4.975.927	3.907.595
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	1.980.525	5.117.342	1.643.298	949.388	701.001	163.636	25.023	23.502	135.343	10.739.058	7.923.376
Cartão de crédito	637.826	4.339.855	425.984	543.950	195.143	58.301	24.268	19.191	99.649	6.344.167	6.109.045
Adiantamento de contratos de câmbio (1)	1.342.699	777.487	1.061.076	310.314	24.464	16.880	471	4.130	2.329	3.539.850	-
Créditos adquiridos (2)	-	-	137.238	93.668	472.452	88.303	-	-	-	791.661	1.763.168
Diversos	-	-	19.000	1.456	8.942	152	284	181	33.365	63.380	51.163
Total	270.264.606	154.325.060	86.760.130	76.857.273	27.711.663	9.784.753	3.806.330	3.238.443	15.344.889	648.093.147	552.108.103
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa	(3.567)	(774.901)	(893.077)	(2.374.700)	(2.857.079)	(2.995.687)	(1.903.167)	(2.266.911)	(15.344.889)	(29.413.978)	(25.411.010)
Total líq. de provisões	270.261.039	153.550.159	85.867.053	74.482.573	24.854.584	6.789.066	1.903.163	971.532	-	618.679.169	526.697.093

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de "Outras Obrigações".

(2) Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos PAN, Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso, BMB e Daycoval.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2015	30/06/2014
Provisão regulamentar	-	(771.626)	(867.601)	(2.305.719)	(2.771.167)	(2.935.423)	(1.903.167)	(2.266.911)	(15.344.889)	(29.166.503)	(25.411.010)
Operações de crédito	-	(746.039)	(851.168)	(2.277.237)	(2.701.068)	(2.886.332)	(1.890.655)	(2.250.459)	(15.209.546)	(28.812.504)	(25.104.994)
Empréstimos e títulos descontados	-	(274.590)	(274.883)	(742.586)	(656.069)	(1.207.174)	(770.708)	(1.071.413)	(5.365.362)	(10.362.785)	(9.872.736)
Financiamentos	-	(66.669)	(44.866)	(136.419)	(442.606)	(470.970)	(515.505)	(559.191)	(3.982.750)	(6.218.976)	(4.211.234)
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	(7.397)	(19.704)	(41.516)	(71.920)	(7.675)	(9.450)	(12.682)	(100.488)	(270.832)	(60.965)
Financiamentos imobiliários	-	(291.067)	(497.170)	(1.261.336)	(1.486.227)	(496.395)	(592.162)	(601.518)	(5.718.631)	(10.944.506)	(10.413.483)
Financiamentos de infraestrutura	-	(82.249)	(13.763)	(94.197)	(42.648)	(701.872)	(167)	-	(34.327)	(969.223)	(514.985)
Cessão de créditos	-	(24.067)	(782)	(1.183)	(1.598)	(2.246)	(2.663)	(5.655)	(7.988)	(46.182)	(31.591)
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	-	(25.587)	(16.433)	(28.482)	(70.099)	(49.091)	(12.512)	(16.452)	(135.343)	(353.999)	(306.016)
Cartão de crédito	-	(21.699)	(4.260)	(16.319)	(19.514)	(17.490)	(12.134)	(13.434)	(99.649)	(204.499)	(215.685)
Adiantamento de Contratos de Câmbio	-	(3.888)	(10.611)	(9.309)	(2.446)	(5.064)	(236)	(2.891)	(2.329)	(36.774)	-
Créditos adquiridos	-	-	(1.372)	(2.810)	(47.245)	(26.491)	-	-	-	(77.918)	(60.122)
Diversos	-	-	(190)	(44)	(894)	(46)	(142)	(127)	(33.365)	(34.808)	(30.209)
Provisão complementar (1)	(3.567)	(3.275)	(25.476)	(68.981)	(85.912)	(60.264)	-	-	-	(247.475)	-
Operações de crédito	(3.550)	(3.223)	(25.295)	(67.922)	(85.260)	(59.621)	-	-	-	(244.871)	-
Empréstimos e títulos descontados	(2.647)	(2.449)	(20.326)	(56.552)	(71.068)	(49.893)	-	-	-	(202.935)	-
Financiamentos	(855)	(637)	(3.872)	(9.570)	(13.849)	(9.728)	-	-	-	(38.511)	-
Financiamentos rurais e agroindustriais	(8)	(64)	(350)	(1.443)	(298)	-	-	-	-	(2.163)	-
Financiamentos imobiliários	(40)	(73)	(747)	(357)	(45)	-	-	-	-	(1.262)	-
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	(17)	(52)	(181)	(1.059)	(652)	(643)	-	-	-	(2.604)	-
Cartão de crédito	(5)	(26)	(143)	(577)	(593)	(531)	-	-	-	(1.875)	-
Adiantamento de Contratos de Câmbio	(12)	(26)	(37)	(478)	(41)	(112)	-	-	-	(706)	-
Diversos	-	-	(1)	(4)	(18)	-	-	-	-	(23)	-
Total Provisão	(3.567)	(774.901)	(893.077)	(2.374.700)	(2.857.079)	(2.995.687)	(1.903.167)	(2.266.911)	(15.344.889)	(29.413.978)	(25.411.010)

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução n 2.682 de 21/12/1999, do CMN, utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da instituição.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco

Com relação ao montante de crédito nos cursos Normal e Anormal (Notas 8 (c1) e (c2)), destaca-se alteração no critério de classificação. Conforme parágrafo 1º do art. 4º da Resolução 2.682/1999, admite-se a contagem dos períodos de atraso em dobro. Os valores de 30/06/2015 foram ajustados com o novo critério para fins de comparabilidade.

(c.1) Operações de crédito em Curso normal

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2015	30/06/2014
01 a 30 dias	4.186.430	10.026.027	3.714.806	3.474.113	929.016	273.412	78.211	56.797	312.174	23.050.986	20.075.116
31 a 60 dias	3.064.891	5.419.364	2.260.827	1.834.154	566.440	178.192	43.163	28.472	178.352	13.573.855	12.456.001
61 a 90 dias	2.935.366	4.839.027	2.028.942	1.759.641	517.614	166.584	38.400	25.234	159.752	12.470.560	11.373.391
91 a 180 dias	9.563.540	12.737.406	5.193.735	4.616.023	1.393.044	1.698.137	107.738	68.820	443.076	35.821.519	30.531.666
181 a 360 dias	15.661.742	18.759.099	9.206.377	6.944.352	2.103.203	697.639	137.926	78.283	555.759	54.144.380	47.389.910
Acima de 360 dias	234.852.637	102.544.137	55.054.704	46.135.726	11.656.241	2.976.800	535.824	303.014	3.542.049	457.601.132	381.797.147
Total	270.264.606	154.325.060	77.459.391	64.764.009	17.165.558	5.990.764	941.262	560.620	5.191.162	596.662.432	503.623.231

(c.2) Operações de crédito em Curso Anormal

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2015	30/06/2014
Parcelas Vencidas	-	-	1.134.221	1.728.994	2.380.184	2.014.782	1.793.247	1.869.576	6.629.005	17.550.009	14.906.412
01 a 30 dias	-	-	1.021.162	263.586	177.544	55.155	32.378	24.248	103.990	1.678.063	2.606.649
31 a 60 dias	-	-	113.059	800.543	277.661	97.018	50.721	36.289	175.536	1.550.827	1.050.040
61 a 90 dias	-	-	-	476.108	1.392.554	410.794	183.408	143.300	726.317	3.332.481	2.051.854
91 a 180 dias	-	-	-	188.757	532.407	1.118.842	1.195.799	1.286.168	1.361.500	5.683.473	4.291.903
181 a 360 dias	-	-	-	-	18	332.973	330.941	379.571	3.985.738	5.029.241	4.553.743
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	275.924	275.924	352.223
Parcelas Vincendas	-	-	8.166.518	10.364.270	8.165.921	1.779.207	1.071.821	808.247	3.524.722	33.880.706	33.578.460
01 a 30 dias	-	-	168.608	235.812	160.444	44.764	22.974	17.828	97.713	748.143	631.214
31 a 60 dias	-	-	149.219	192.463	139.496	39.809	21.746	16.835	77.271	636.839	564.876
61 a 90 dias	-	-	146.576	188.444	137.391	39.071	21.332	16.523	75.411	624.748	554.316
91 a 180 dias	-	-	414.985	535.692	390.366	111.244	60.657	46.993	213.409	1.773.346	1.587.901
181 a 360 dias	-	-	735.952	950.803	687.874	197.916	108.142	83.883	379.898	3.144.468	2.917.072
Acima de 360 dias	-	-	6.551.178	8.261.056	6.650.350	1.346.403	836.970	626.185	2.681.020	26.953.162	27.323.081
Total	-	-	9.300.739	12.093.264	10.546.105	3.793.989	2.865.068	2.677.823	10.153.727	51.430.715	48.484.872

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

Descrição	30/06/2015	30/06/2014
SETOR PÚBLICO	50.283.499	40.271.101
Administração Direta	26.390.211	23.380.634
Administração Indireta – Petroquímico	11.286.643	11.249.216
Administração Indireta – Saneamento e Infraestrutura	3.939.207	3.650.938
Administração Indireta – Outros	8.667.438	1.990.313
SETOR PRIVADO	597.809.648	511.837.002
PESSOA JURÍDICA	131.310.839	117.470.832
Comércio varejista	25.434.019	25.863.980
Construção civil	16.147.632	13.741.772
Siderurgia e Metalurgia	9.678.523	9.619.444
Energia elétrica	10.950.261	10.066.859
Serviços financeiros	6.241.552	5.420.016
Outras indústrias	8.447.360	7.683.115
Transporte	9.470.022	7.720.851
Agronegócio e Extrativismo	5.212.164	3.814.901
Comércio atacadista	7.214.753	5.620.713
Saúde	3.823.247	3.462.087
Saneamento e infraestrutura	4.741.023	3.579.716
Petroquímico	2.294.274	2.219.891
Têxtil	2.283.760	2.126.006
Comunicação	1.558.530	1.656.474
Alimentação	1.943.396	2.023.620
Serviços pessoais	370.061	378.977
Outros serviços	15.500.262	12.472.410
PESSOA FÍSICA	466.498.809	394.366.170
Total	648.093.147	552.108.103

(e) Receitas de operação de crédito

Descrição	2015	2014
	1º semestre	1º semestre
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	21.615.568	16.704.798
Financiamentos rurais e agroindustriais	164.764	60.312
Financiamentos imobiliários	15.883.419	12.086.303
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	3.092.004	1.574.604
Outros créditos	3.442	3.445
Total	40.759.197	30.429.462

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

A CAIXA realiza operações de aquisição, venda ou transferência de ativos financeiros como estratégia de negócio em suas operações.

A cessão de crédito está alinhada a estratégia operacional da instituição resultando no reconhecimento das receitas e despesas destas operações no resultado da intermediação financeira.

(f.1) Carteiras cedidas

No decorrer do 1º semestre de 2015 foi realizado entre a CAIXA e a Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros SA cessão onerosa de crédito. Ainda no mesmo período também foi realizada cessão onerosa de carteiras de créditos não performados junto à empresa Ativos S.A.

Descrição	Créditos ativos	Créditos baixados prejuízo	Valor total da cessão	Valor recebido
Renova Securitizadora S.A. (1º trimestre)	27.569	1.318.061	1.345.630	64.329
Renova Securitizadora S.A. (2º trimestre)	935.040	4.925.126	5.860.166	145.904
Ativos S.A (2º trimestre)	355.044	721.611	1.076.655	26.303
Total (Semestre)	1.317.653	6.964.798	8.282.451	236.536

Resultado com cessão de carteiras		
Descrição	2015	2014
	1º semestre	1º semestre
Receitas com vendas ou transferência de carteiras	1.755.297	180.864
Valor recuperado prejuízo (1)	241.858	-
Ativos S.A	29.009	-
Renova Companhia Securitizadora S.A.	212.849	-
Reversão de provisão (1)	1.267.969	-
Ativos S.A	338.066	-
Renova Companhia Securitizadora S.A	929.903	-
Receitas vinculadas a cessões (2)	245.470	180.864
RB Capital Securitizadora	245.470	180.864
Despesas com vendas ou transferências de carteiras	(1.517.406)	(181.208)
Despesas vinculadas a cessões (2)	(244.116)	(181.208)
RB Capital Securitizadora	(244.116)	(181.208)
Prejuízos de obrigações p/ operações vinculadas à cessão (1)	(1.273.290)	-
Ativos S.A	(340.771)	-
Renova Companhia Securitizadora S.A	(932.519)	-
Despesas provisão carteiras cedidas com coobrigação (2)	(35.307)	(7.946)
RB Capital Securitizadora	(35.307)	(7.946)
Total	202.584	(8.290)

(1) Cessão de créditos, sem coobrigação, para a Ativos S.A e Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

(2) Cessão de créditos, com coobrigação, para a RB Capital Securitizadora Residencial S.A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f.2) Carteiras adquiridas

Resultado com carteiras adquiridas		
Descrição	2015	2014
	1º semestre	1º semestre
Modalidade com coobrigação (1)	41.416	139.398
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	43.793	156.205
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	(2.377)	(16.807)
Modalidade sem coobrigação (2)	1.211.837	782.668
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	1.211.915	783.004
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	(78)	(336)
Resultado	1.253.253	922.066

(1) Carteiras adquiridas no período dos Bancos Cruzeiro do sul, BMG, Bonsucesso, BMB e Banco PAN.

(2) Carteiras adquiridas no período do Banco PAN.

(g) Concentração dos principais devedores

Descrição	30/06/2015	%	30/06/2014	%
Principal devedor	11.286.643	1,74	11.249.216	2,04
10 maiores devedores	44.947.581	6,94	39.735.200	7,2
20 maiores devedores	60.195.808	9,29	51.680.905	9,36
50 maiores devedores	81.893.182	12,64	69.183.040	12,53
100 maiores devedores	95.450.917	14,73	80.085.154	14,51

(h) Movimentação da carteira de renegociação

Descrição	2015	2014
	1º semestre	1º semestre
Operações Renegociadas	5.611.756	5.201.671
Operações Comerciais	5.349.089	4.841.256
Operações Habitacionais	262.667	360.415
Operações Recuperadas	1.052.477	804.313
Operações Comerciais	789.581	541.951
Operações Habitacionais	262.896	262.362

(i) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

Descrição	2015	2014
	1º semestre	1º semestre
Saldo inicial	(26.806.599)	(23.966.296)
Constituição de provisão no período	(17.354.560)	(9.330.386)
Reversão de provisão no período	7.771.633	2.900.717
Transferência para prejuízo	6.975.548	4.984.955
Saldo final	(29.413.978)	(25.411.010)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 9 – Outros créditos

(a) Composição

Descrição	30/06/2015	30/06/2014
Créditos por Avais e Fianças Honrados	32.817	29.260
Carteira de Câmbio – Nota 9 (c)	4.183.607	1.209.399
Rendas a Receber	3.465.180	2.425.623
Dividendos e JCP a receber	-	146.120
Convênios setor privado	116.193	102.597
Convênios setor público	412.766	324.667
Administração de fundos de investimento	48.482	89.389
Administração de fundos e programas sociais	2.523.299	1.451.155
Repasses OGU	351.200	220.309
Outras rendas a receber	13.240	91.386
Negociação e Intermediação de valores	55.104	15.662
Créditos Específicos	781.653	753.098
Diversos – Nota 9 (b)	54.704.081	50.302.434
Provisão para Outros Créditos	(360.498)	(309.160)
Total	62.861.944	54.426.316

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outros créditos - diversos

Descrição	30/06/2015	30/06/2014
Créditos tributários – (Nota 20)	29.100.221	21.059.294
Devedores por depósitos em garantia – (Nota 30 (c))	13.017.865	12.079.849
Adiantamentos e antecipações salariais	508.115	472.483
Antecipação de dividendos e de juros sobre capital próprio	-	299.269
Impostos e contribuições a compensar	733.999	345.209
Cartão de crédito (1)	6.591.027	6.244.592
Prêmio em aquisição de carteiras	1.411.733	1.103.902
Seguros a receber	143.382	108.311
Créditos adquiridos	791.661	1.763.168
Valores a receber – adm. de fundos e programas sociais	281.220	3.941.936
Valores a receber – royalties	100.457	23.304
Valores a receber – FND	434.708	402.473
Valores a receber - correspondentes bancários	131.324	156.363
Valores a receber - resgate de bônus	101.617	94.621
Valores a receber - convênios de arrecadação e pagamentos	37.798	47.075
Valores a receber - créditos administrados	26.098	26.185
Valores a receber - planos de saúde autogestão	12.847	45.689
Valores a receber – TVM no exterior	-	-
Valores a apropriar (2)	2.129.298	1.983.043
Outros devedores (3)	768.406	171.909
Desconto em outros ativos financeiros (Nota 7 (b))	(1.411.087)	-
Provisão para perdas - diversos (4)	(206.608)	(66.241)
Total	54.704.081	50.302.434

(1) Inclui R\$ 6.344.167 (30/06/2014 –6.109.045) de créditos com característica de concessão de crédito (Nota 8 (a)) e anuidades de cartões de crédito, que não possuem característica de concessão de crédito.

(2) Ativos classificados em contas transitórias, principalmente, liberações de crédito imobiliário e resgates de aplicações financeiras.

(3) Inclui redução no valor recuperável de títulos e créditos a receber de empresas em processo de recuperação judicial no montante de R\$ (108.257) apurado e reconhecido no 1º semestre de 2015.

(4) Provisão para perdas líquidas definitivas e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Carteira de câmbio

Descrição	30/06/2015	30/06/2014
Ativo - Outros créditos		
Câmbio comprado a liquidar – Moeda Estrangeira	48.205	12.400
Direitos sobre vendas de câmbio – Moeda Nacional	4.100.532	1.193.951
Rendas a receber de adiantamentos concedidos - ACC/ACE	41.230	8.573
(-) Adiantamentos recebidos – Moeda Nacional	(6.360)	(5.525)
Ativo circulante	4.183.607	1.209.399
Passivo - Outras obrigações		
Câmbio vendido a liquidar – Moeda Estrangeira	145.693	56.187
Obrigações por compras de câmbio – Moeda Nacional	3.617.911	1.176.164
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio - ACC/ACE	(3.498.620)	(1.140.411)
Passivo circulante (Nota 18 (a))	264.984	91.940

(c.1) Resultado de operações de câmbio

Descrição	2015	2014
	1º semestre	1º semestre
Receitas	19.914.848	6.282.255
Disponibilidade em moeda estrangeira	14.007.044	3.861.047
Títulos emitidos no exterior	5.856.894	2.412.195
Outras	50.910	9.013
Despesas	(21.872.476)	(5.982.278)
Despesas de variações e diferenças de taxas	(13.823.989)	(3.991.242)
Títulos emitidos no exterior	(8.048.208)	(1.990.853)
Outras	(279)	(183)
Resultado de câmbio	(1.957.628)	299.977

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 10 – Outros valores e bens

Compostos por:

- Bens não de uso próprio (imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA), submetidos a teste de redução ao valor recuperável;
- Despesas antecipadas relativas, essencialmente, à antecipação do décimo terceiro salário dos empregados (30/06/2015 e 30/06/2014);
- Estoque de material de consumo.

Descrição	30/06/2015	30/06/2014
Bens não de uso próprio	1.924.459	1.209.274
Imóveis patrimoniais não de uso	269.660	161.053
Imóveis adjudicados/arrematados	1.654.799	1.048.221
Despesas antecipadas	102.990	94.944
Material de consumo	32.633	28.678
Provisões p/ perdas com desvalorização de imóveis (Nota 10 (a))	(94.693)	(30.371)
Total	1.965.389	1.302.525

(a) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis

Descrição	2015	2014
	1º semestre	1º semestre
Saldo inicial	(90.591)	(31.614)
Constituição	(12.493)	(25.248)
Baixas	8.391	26.491
Saldo final	(94.693)	(30.371)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 11 – Participações em controladas e coligadas

a) Reorganização Societária do segmento Seguridade da CAIXA

Em 27/05/2015, a CAIXA constituiu como subsidiária integral a empresa CAIXA Seguridade, inscrita sob o CNPJ nº 22.543.331/0001-00, tendo como objeto social a aquisição de participações societárias ou a participação, direta ou indireta, como sócia ou quotista do capital de outras sociedades, no Brasil ou no exterior, cujo objeto social seja a estruturação e comercialização de seguros nos diversos ramos, planos de previdência complementar e planos de capitalização, administração, comercialização e disponibilização de planos privados de assistência médica e odontológica, corretagem desses produtos, além da estruturação, administração e comercialização de consórcios e realização de operações de resseguro e retrocessão no País e no Exterior. No contexto de estruturação societária, a CAIXA Seguridade, em 30/06/2015, absorveu diretamente as principais participações societárias relacionadas ao ramo de seguridade detidas pela CAIXA e por sua subsidiária integral Caixa Participações S.A. ("CAIXAPAR"), conforme descrito a seguir:

- I. 100% das ações da CAIXA Operadora S.A., constituída em 27/05/2015 como subsidiária integral da CAIXA, absorvida pela CAIXA Seguridade em 30/06/2015;
- II. 49,00% das ações da Panamericana Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda. Adquirida em 29/12/2014 pela CAIXAPAR;
- III. 48,99% das ações da PAN Seguros S.A. Adquirida em 19/06/2015 pela CAIXAPAR;
- IV. 48,21% das ações da Caixa Seguros Holding S.A. Incorporada em 26/02/2010 pela CAIXAPAR.

Principais participações diretas da **CAIXA Seguridade**:

CAIXA Seguros Holding S.A: Sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto social a participação como acionista ou sócia, em sociedades empresariais que exploram atividades de seguro em todos os ramos, incluindo saúde dental; planos de capitalização; planos de previdência privada aberta, nas modalidades pecúlio e renda; administração de consórcio; e atividades correlatas ou complementares às descritas anteriormente. O capital social da CAIXA Seguros Holding encontra-se dividido, predominantemente, entre o grupo francês CNP Assurances com 51,75% das ações e a CAIXAPAR com 48,21% das ações. Em 30/06/2015, houve cisão parcial da CAIXAPAR com transferência dessa participação societária para a CAIXA Seguridade."

CAIXA Operadora S/A: Subsidiária integral da CAIXA Seguridade, foi constituída em 27/05/2015 com o objetivo social de gerir a comercialização e distribuição de (i) seguros de pessoas, de patrimônio, rural, de crédito, garantia, de automóveis ou qualquer outro tipo de seguro; (ii) planos de previdência complementar, bem como demais produtos e serviços admitidos às sociedades de previdência complementar; (iii) planos de capitalização, bem como demais produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização; (iv) cotas de grupos de consórcio; (v) seguros de assistência médica e odontológica às pessoas jurídicas e/ou físicas; (vi) quaisquer produtos ou serviços regulados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), pela Agência Nacional de Saúde (ANS) ou pelo Banco Central do Brasil (BACEN), relativos a grupo de consórcios.

PAN Seguros S/A: Sociedade anônima de capital fechado que tem como objetivo a exploração nos segmentos de seguros de pessoas (jurídicas e físicas), prestamista, habitacional, danos pessoais (DPVAT) e seguros de danos. Em 29/12/2014, o controle acionário da PAN Seguros passou a ser da BTG Pactual Seguradora S.A. ("BTG") conforme contrato de compra e venda de ações celebrado entre a BTG e o Banco PAN S.A. Em 31/12/2014, a PAN Seguros efetuou a incorporação reversa da BTG pelo valor de R\$ 550.406 e, se tornou controlada direta da BTG Pactual Holding de Seguros Ltda. Com participação de 99,99%. Em 19/06/2015, a CAIXAPAR adquiriu 48,99% das ações da PAN Seguros conforme acordado no contrato de opção de compra de ações e outras avenças firmado em 21/08/2014 com a BTG Pactual Holding de Seguros Ltda. Posteriormente, a CAIXAPAR realizou a cisão parcial da participação total da PAN Seguros para a CAIXA Seguridade em 30/06/2015.

PAN Corretora: Empresa de capital fechado e empreendimento controlado em conjunto pela BTG Pactual Holding de Seguros e CAIXAPAR com as participações de 51,00% e 49,00%, respectivamente. Tem como objetivo a administração, orientação e corretagem de seguros dos ramos elementares, seguros do ramo de vida e planos previdenciários. Em 30/06/2015, a CAIXAPAR efetuou a cisão parcial da participação da PAN Corretora para a CAIXA Seguridade.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Conglomerado Prudencial

A carteira de investimento do Conglomerado Prudencial é composta por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR e a CAIXA Seguridade exercem influência significativa ou possuem controle compartilhado, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Carteira de participações societárias da CAIXAPAR	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
Banco PAN	262.164.552	112.732.358	49,00	40,35
Branes	40.975.186	-	37,25	37,25
Capgemini	63.764.544	-	24,19	22,05
Cia. Brasileira de Securitização – CIBRASEC	6.000	-	9,09	9,09
Crescer	17.640.000	-	49,00	49,00
Elo Serviços	62.779	837.031.603	0,01	33,33
TECBAN	375.508.013	-	10,00	10,00

Carteira de participações societárias da CAIXA Seguridade	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
CAIXA Operadora	100.000	-	100,00	100,00
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.239.226	-	48,21	48,21
PAN Seguros	166.210.711	51.313	48,99	48,99
PAN Corretora	149.940	-	49,00	49,00

O saldo do investimento CAIXA Seguridade refere-se ao saldo de investimento consolidado, desta forma a participação de 100% na CAIXA Operadora é eliminada quando da elaboração das Demonstrações Contábeis consolidadas da CAIXA Seguridade.

A empresa CAIXA Consórcios está consolidada no Conglomerado Prudencial, desta forma, a participação desta empresa na CAIXA Seguros Holding foi excluída no saldo da empresa CAIXA Seguridade.

Descrição	Investimento		Resultado de Equivalência Patrimonial	
	30/06/2015	30/06/2014	2015	2014
			1º semestre	1º semestre
CAIXAPAR	2.219.361	4.080.621	(115.549)	277.749
CAIXA Seguridade S.A	3.159.395	-	433.306	-
Câmara Interban. de Pagamento – CIP	2.967	2.967	-	-
BIAPE	200	541	(450)	(209)
FGO – Fdo. Garantia de Operações	211.957	104.445	-	-
FGHAB – Fdo. Garantidor Hab. Popular	235.629	186.565	-	-
Outros Investimentos (1)	3.871	3.866	-	-
Total	5.833.380	4.379.005	317.307	277.540

(1) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 12 – Imobilizado de uso

Descrição	Composição do imobilizado de uso					
	30/06/2015			30/06/2014		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Imóveis de uso	1.408.415	(419.571)	988.844	913.688	(264.526)	649.162
Edificações	1.346.783	(419.571)	927.212	856.498	(264.526)	591.972
Terrenos	61.632	-	61.632	57.190	-	57.190
Reavaliações de imóveis de uso	728.363	(189.053)	539.310	744.196	(168.856)	575.340
Edificações	534.323	(189.053)	345.270	543.817	(168.856)	374.961
Terrenos	194.040	-	194.040	200.379	-	200.379
Outras imobilizações de uso	7.029.858	(4.709.259)	2.320.599	6.173.066	(4.109.813)	2.063.253
Imobilizações em curso	31.159	-	31.159	36.067	-	36.067
Inst., móveis e equip. de uso	1.527.630	(804.019)	723.611	1.348.399	(714.173)	634.226
Sistema de comunicação	91.437	(75.656)	15.781	91.418	(72.223)	19.195
Sistema de proc.de dados	4.991.790	(3.550.957)	1.440.833	4.348.428	(3.082.048)	1.266.380
Sistema de transporte e segurança	387.842	(278.627)	109.215	348.754	(241.369)	107.385
Total	9.166.636	(5.317.883)	3.848.753	7.830.950	(4.543.195)	3.287.755

Nota 13 – Intangível

Descrição	30/06/2015				30/06/2014			
	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	2.856.531	(986.695)	(6.327)	1.863.509	2.618.427	(1.054.779)	(6.666)	1.556.982
Outros ativos intangíveis	366.655	(49.856)	-	316.799	370.855	(37.762)	-	333.093
Projetos logiciais - Software	1.211.891	(302.298)	-	909.593	883.763	(189.213)	-	694.550
Total	4.435.077	(1.338.849)	(6.327)	3.089.901	3.873.045	(1.281.754)	(6.666)	2.584.625

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 14 – Depósitos

(a) Composição

Descrição	30/06/2015	30/06/2014
Depósitos à vista – sem remuneração	27.879.391	24.286.581
Pessoas físicas	12.037.318	9.700.972
Pessoas jurídicas	12.128.475	10.907.111
Vinculados	2.038.283	2.168.284
Governo	971.399	736.110
Moedas estrangeiras	98.298	65.388
Instituições do sistema financeiro	60.888	36.890
Entidades públicas	468.868	566.987
Outros	75.862	104.839
Depósitos de poupança – remuneração pós fixada	232.117.335	220.990.257
Pessoas físicas	229.912.439	218.312.489
Pessoas jurídicas	2.202.492	2.675.350
Vinculados	2.404	2.418
Depósitos interfinanceiros	2.423.723	4.545.541
Depósitos a prazo	154.940.229	131.156.550
Remuneração prefixada:	74.567.351	64.126.794
Depósitos a prazo em moeda nacional	74.567.351	64.126.794
Remuneração pós-fixada:	80.372.878	67.029.756
Depósitos a prazo em moeda nacional	23.038.633	18.654.435
Depósitos judiciais com remuneração	57.334.245	48.375.321
Depósitos especiais e de fundos e programas	9.125.621	10.789.171
Sem remuneração	279.354	267.394
Remuneração prefixada	525.978	477.884
Remuneração pós-fixada	8.320.289	10.043.893
Total	426.486.299	391.768.100

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Descrição	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2015	30/06/2014
Depósitos à Vista	27.879.391	-	-	-	27.879.391	24.286.581
Depósitos de Poupança	232.117.335	-	-	-	232.117.335	220.990.257
Depósitos Interfinanceiros	-	1.299.843	636.304	487.576	2.423.723	4.545.541
Depósitos a prazo	57.362.691	2.504.462	14.776.609	80.296.467	154.940.229	131.156.550
CDB	13.431	2.504.462	14.776.609	80.296.467	97.590.969	82.766.849
Depósitos Judiciais	57.334.245	-	-	-	57.334.245	48.375.321
Outros	15.015	-	-	-	15.015	14.380
Depósitos especiais e de fundos e programas	9.125.621	-	-	-	9.125.621	10.789.171
Total	326.485.038	3.804.305	15.412.913	80.784.043	426.486.299	391.768.100

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Despesas de captações com depósitos

Descrição	2015	2014
	1º semestre	1º semestre
Depósitos de Poupança	(8.171.658)	(6.832.380)
Depósitos Interfinanceiros	(132.368)	(108.879)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(5.387.674)	(3.662.534)
Depósitos judiciais	(1.640.293)	(1.243.720)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(646.988)	(521.255)
Outras captações	(339.282)	(277.837)
Total	(16.318.263)	(12.646.605)

(d) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Compostos pelos depósitos do FGTS e de outros fundos e programas.

Descrição	30/06/2015	30/06/2014
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	3.431.982	5.399.790
Depósitos - Especiais com remuneração	1.931.795	1.796.301
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (d.2)	1.494.339	1.637.081
Depósitos – FISANE	9.336	8.707
Depósitos – PRODEC	53.883	50.324
Programa de Integração Social – PIS	106.441	73.458
Fundo Garantia Safrá – FGS	54.162	35.031
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	51.827	56.619
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	389.289	361.349
Depósitos - Pró-frota Pesqueira	8.170	8.114
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS	7.311	9.098
Depósitos – PREVHAB	658.159	551.118
Saúde CAIXA	279.354	267.394
Outros	649.573	534.787
Total	9.125.621	10.789.171

(d.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	Taxa de Remuneração	2015	2014
		1º semestre	1º semestre
Depósitos - FGTS	Selic	(366.461)	(285.547)
Depósitos - FAT	Selic e TJLP	(51.310)	(45.830)
Depósitos - FISANE	TR	(326)	(279)
Depósitos - PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(1.836)	(649)
Depósitos - PIS	Extra mercado	(41.008)	(23.708)
Depósitos - FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(1.405)	(1.024)
Depósitos - FAR	Selic	(1.797)	(15.939)
Depósitos - FDS	Selic fator dia	(23.393)	(18.408)
Depósitos - Tesouro Nacional	Selic	(19.322)	(14.355)
Depósitos - FAS	TR	(45)	(25)
Depósitos - PREVHAB	Selic	(37.004)	(28.421)
Depósitos - Caução	TR	(5.076)	(3.093)
Depósitos - FCA	Extra - mercado	(23.267)	(19.308)
Depósitos – Fundo Paulista de Habitação	CDI	(28.183)	(25.071)
Outros		(46.555)	(39.598)
Total		(646.988)	(521.255)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, “pro-rata” dia, pela Taxa Média Selic (TMS) e à medida que são aplicados nos financiamentos passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT n.º 439/2005 e n.º 489/2006.

Descrição	Res/ TADE	Devolução de Recursos do FAT			30/06/2015			30/06/2014		
		Forma	Data	Data Final	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total
Programas					118.453	1.301.309	1.419.762	251.002	1.311.621	1.562.623
Proger urbano					54.324	961.377	1.015.701	183.988	888.047	1.072.035
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005	-	54.324	961.377	1.015.701	183.987	883.802	1.067.789
Proger exportação	17/2005	RA	09/12/2005	-	-	-	-	-	24	24
FAT empreendedor popular	23/2005	RA	09/12/2005	-	-	-	-	1	4.221	4.222
FAT – habitação	mai/07	SD	09/11/2007	-	-	-	-	804	1.920	2.724
FAT infraestrutura					63.743	336.665	400.408	65.735	419.321	485.056
Infraestrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	-	63.743	336.665	400.408	65.735	419.321	485.056
FAT – PNMP					386	3.267	3.653	475	2.333	2.808
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	-	386	3.267	3.653	475	2.333	2.808
Linhas de crédito especiais					370	74.207	74.577	309	74.149	74.458
FAT - vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005	-	370	74.207	74.577	309	74.149	74.458
Total					118.823	1.375.516	1.494.339	251.311	1.385.770	1.637.081

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 15 – Captações no mercado aberto

(a) Composição

Descrição	30/06/2015	30/06/2014
Carteira Própria (1)	104.224.595	71.437.221
Letras Financeiras do Tesouro	40.227	170.240
Letras do Tesouro Nacional	73.206.834	41.899.202
Notas do Tesouro Nacional	23.206.649	24.139.107
Debêntures	7.368.736	4.438.361
Certificados de Recebíveis Imobiliários	402.149	523.106
Letras de Crédito Imobiliário	-	267.205
Carteira de Terceiros	72.058.870	74.485.553
Letras Financeiras do Tesouro	-	10.404.661
Letras do Tesouro Nacional	6.259.077	38.851.383
Notas do Tesouro Nacional	65.799.793	25.229.509
Total	176.283.465	145.922.774

(1) Valores calculados considerando o "PU de Garantia" do papel vinculado

(b) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	2015	2014
	1º semestre	1º semestre
Carteira própria	(4.709.807)	(3.236.481)
Carteira de terceiros	(5.584.688)	(4.097.432)
Carteira de livre movimentação	(19.740)	-
Total	(10.314.235)	(7.333.913)

Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos

(a) Recursos de letras

Depósitos	Indexador	Vencimento				30/06/2015	30/06/2014
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Letra Hipotecária	IGP-M	-	-	-	615.874	615.874	583.604
Letra Hipotecária	INPC	-	-	-	13.680	13.680	12.549
Letra Hipotecária	TR	165	-	-	-	165	5.889
Letra Imobiliária	IGP-M	-	-	-	9.401	9.401	8.911
Letra Imobiliária	CDI	9.766.338	11.112.734	23.681.405	60.549.484	105.109.961	66.528.396
Letra Financeira	CDI	2.462.743	3.496.118	11.367.462	23.626.130	40.952.453	31.935.765
Letra Financeira	IPCA	-	-	-	902.242	902.242	698.399
Letra de Crédito do Agronegócio	CDI	201.507	386.475	285.339	1.151.840	2.025.161	2.348.265
Total		12.430.753	14.995.327	35.334.206	86.868.651	149.628.937	102.121.778

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Despesas com recursos de letras

Descrição	2015	2014
	1º semestre	1º semestre
Letras Imobiliárias	(5.087.176)	(2.572.284)
Letras Hipotecárias	(59.714)	(46.968)
Letras Financeiras	(2.498.136)	(1.469.478)
Letras de Crédito do Agronegócio	(103.851)	(116.056)
Total	(7.748.877)	(4.204.786)

(c) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

A CAIXA realiza emissão de títulos no exterior com o objetivo de construir uma fonte alternativa de captar recursos de longo prazo para financiamento de suas operações ativas. Até 31/12/2014 foram realizadas cinco emissões internacionais, sendo 4 tranches seniores e 1 subordinada (Nota 18 (d1)), cujas características são apresentadas a seguir:

Notas Sêniores	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	30/06/2015 (1)	30/06/2014 (1)
1ª série	US\$	1.000.000.000	2,38%	nov/12	nov/17	3.118.305	2.195.882
2ª série	US\$	500.000.000	3,50%	nov/12	nov/22	1.560.570	1.099.669
3ª série	US\$	1.250.000.000	4,50%	out/13	out/18	3.917.126	2.759.542
4ª série	US\$	1.300.000.000	4,25%	mai/14	mai/19	4.058.803	2.861.296
Total						12.654.804	8.916.389

(1) Valores em milhares de R\$.

(d) Despesa com obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

Descrição	2015	2014
	1º semestre	1º semestre
Marcação a mercado de TVM no exterior	91.291	(136.294)
Juros e deságio com TVM no exterior	(54.218)	-
Administrativas e tributárias	(315.616)	(153.994)
Total	(278.543)	(290.288)

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses

Descrição	30/06/2015	30/06/2014
Repases no país	190.733.182	174.117.365
FGTS	156.491.749	144.834.457
BNDES	31.367.136	27.177.956
Tesouro Nacional – PIS	710.376	719.689
Outras instituições	2.163.921	1.385.263
Empréstimos no exterior	9.697.669	3.476.597
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	3.505.252	1.069.064
Demais linhas de crédito	6.192.417	2.407.533
Total de obrigações por empréstimos e repases	200.430.851	177.593.962

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Repasses no país

Compostos, principalmente, por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitos à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 8 anos.

(b) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto, substancialmente por empréstimos tomados junto a instituições financeiras no exterior sujeitos a juros de até 2,052% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, com vencimentos até 2015. Os demais recursos tomados no exterior estão sujeitos a taxa de juros de até 1,561% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2015.

(c) Despesas com obrigações p/ empréstimos/repasses do País – Instituições oficiais

Descrição	2015	2014
	1º semestre	1º semestre
FGTS	(5.554.626)	(4.502.801)
BNDES	(880.942)	(800.653)
Tesouro Nacional – PIS	(25.356)	(22.955)
Empréstimos no exterior	(699.987)	(69.013)
Fundo Marinha Mercante	(380.895)	(27.829)
Outras instituições	(33.284)	(27.035)
Total	(7.575.090)	(5.450.286)

Nota 18 – Outras obrigações

(a) Composição

Descrição	30/06/2015	30/06/2014
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.480.557	1.148.924
Carteira de Câmbio (Nota 9 (c))	264.984	91.940
Sociais e estatutárias	1.248.490	1.087.289
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	2.015.352	1.765.034
Negociação e intermediação de valores	117.016	6.790
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	9.554.544	8.455.446
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Notas 18 (d))	988.282	-
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	20.555.334	40.777.493
Diversas (Nota 18 (e))	52.002.950	43.272.715
Total	88.227.509	96.605.631

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Fiscais e previdenciárias

Descrição	30/06/2015	30/06/2014
Tributos sobre salários a recolher	407.849	378.287
Tributos sobre serviços a recolher	283.011	265.292
Tributos sobre lucros a recolher	402.326	307.399
Imposto de renda	6	62.445
Contribuição social	-	31.756
COFINS	330.438	172.984
PASEP	35.387	28.034
Outros	36.495	12.180
Tributos diferidos	766.722	634.211
Reavaliação – edificações	136.665	149.808
Ajustes ao valor de mercado - títulos disponíveis para venda	86.009	-
Contratos futuros	521.445	244.905
Benefícios pós-emprego	-	116.805
Tarifas a receber da União	22.603	40.711
Outros	-	81.982
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	155.444	179.845
Total	2.015.352	1.765.034

(c) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administradas pela CAIXA.

Descrição	30/06/2015	30/06/2014
Fundos e programas sociais	7.638.044	7.064.038
FGTS	3.641.168	3.289.287
Minha Casa Minha Vida	3.456.762	2.685.359
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	291.534	274.302
Programas de transferência de renda	140.929	172.568
Outros fundos e programas	107.651	642.522
Fundos financeiros e de desenvolvimento	1.025.140	634.644
PIS	842.089	633.233
FAT	181.624	-
FINSOCIAL	1.427	1.411
Operações com loterias	891.360	756.764
Total	9.554.544	8.455.446

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Instrumentos de Dívida elegíveis a capital

(d.1) Instrumentos Financeiros Subordinados – Nível II

A CAIXA possui 18 Instrumentos Financeiros Subordinados – IFS autorizados a compor o Nível II do Patrimônio de Referência – PR, sendo 05 Instrumentos de Dívida Subordinada – IDS, 12 Letras Financeiras Subordinadas – LFS e 01 Nota Subordinada – NS no Exterior, conforme detalhamento nos itens subsequentes.

O valor total captado por meio destes IFS compõe o capital da instituição, refletindo positivamente no Patrimônio de Referência - PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.

Instrumento de Dívida Subordinada – IDS

A CAIXA possui 05 instrumentos de dívida subordinada autorizados pelo Banco Central do Brasil na composição do Nível II do PR, em acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.192/13, contratados com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS nos anos de 2005, 2011, 2012 e 2014.

O Conselho Curador do FGTS aprovou, através da Resolução CCFGTS nº 748/14 de 5 de junho de 2014, proposta de contratação de instrumentos de dívida subordinada entre a CAIXA e o FGTS no valor de até R\$ 10.000.000 (dez bilhões de reais), em tranches de acordo com a expectativa de contratação de novas operações com recursos do FGTS.

Em 2014 a CAIXA e o FGTS assinaram 02 contratos referentes à primeira e segunda tranches, no valor total de R\$ 7.000.000 (sete bilhões de reais).

Sobre o valor total das dívidas incide atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

Letras Financeiras Subordinadas – LFS

Ao longo do primeiro semestre de 2015, a CAIXA captou R\$ 6.000 em um total de 05 Letras Financeiras Subordinadas no mercado local. A CAIXA possui 12 LFS no valor de face total de R\$ 234.900, todas consideradas elegíveis ao Nível II do PR pelo BACEN.

Nota Subordinada – NS

A CAIXA captou com sucesso US\$ 500.000 (quinhentos milhões de dólares) no mercado internacional, no dia 16/07/2014, por meio da emissão de bônus subordinados elegíveis a compor o capital de Nível II sob as regras de Basileia III. Os títulos emitidos possuem prazo de 10 anos, com possibilidade de resgate (*call*) no 5º ano e uma taxa de retorno de 7,25% ao ano.

Esta transação foi a primeira emissão de capital Nível II de acordo com as regras de Basileia III realizada por um banco brasileiro e a quinta transação da CAIXA no mercado de capitais internacional. As Notas possuem *reset* de cupom após o 5º ano e cláusula de “absorção de perdas” com eventual *write off* de principal e juros. Ou seja, as notas podem ser baixadas permanentemente em um montante pelo menos igual ao montante contabilizado como capital Nível II nas seguintes hipóteses: (i) Capital Principal inferior a 4,5%, (ii) Execução de um compromisso de fazer um aporte de capital emergencial na Emissora, (iii) Determinação pelo Banco Central do Brasil de não viabilidade do banco.

Em outubro de 2014 o BACEN considerou a NS elegível. Assim, a partir de outubro de 2014 o instrumento passou a compor o Nível II do Patrimônio de Referência da CAIXA.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Obrigações de Empréstimos - Recursos do FGTS							
Vencimento	Rem. a.a.	Data captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amortização	Saldo devedor 30/06/2015	Saldo devedor 30/06/2014
Obrigações de Empréstimos - Recursos do FGTS							
fev/20	6,30%	out/05	3.439.717	2.540.824	(1.976.561)	4.003.980	4.806.384
abr/26	6,00%	ago/11	3.000.000	842.073	-	3.842.073	3.583.539
jul/32	5,08%	jun/12	3.000.000	542.304	-	3.542.304	3.332.681
dez/33	5,15%	out/14	3.000.000	134.178	-	3.134.178	-
fev/38	4,80%	dez/14	4.000.000	130.529	-	4.130.529	-
Obrigações de Empréstimos - Recursos do FGTS							
jun/20	110%CDI	jun/14	10.000	1.398	-	11.398	10.081
jul/19	110%CDI	jul/14	17.400	2.255	-	19.655	-
dez/21	110%CDI	dez/14	1.500	112	-	1.612	-
jun/24	100%IPCA	jun/14	200.000	34.111	-	234.111	201.786
fev/25	100% IPCA + 6,74%	fev/15	1.200	81	-	1.281	-
fev/25	100% IPCA + 6,65%	fev/15	1.200	77	-	1.277	-
fev/25	100% IPCA + 6,58%	fev/15	2.400	171	-	2.571	-
mar/25	100% IPCA + 6,45%	mar/15	1.200	75	-	1.275	-
TVM no exterior elegível – Nível II							
jul/24	7,25%	jul/14	1.106.450	522.640	-	1.629.090	-
Total			17.781.067	4.750.828	(1.976.561)	20.555.334	11.934.471

Informações adicionais sobre os Instrumentos Financeiros Subordinados estão disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3, em: www.caixa.gov.br, menu “Sobre a Caixa”.

(d.2) Instrumentos híbridos de capital e dívida

O Nível I do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar. A CAIXA possui 06 Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida - IHCD autorizados a compor o seu Capital Principal e não tem instrumentos subordinados contratados com características de Capital Complementar.

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R\$ 5.200.000 em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como IHCD. A concessão foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular nº 348 celebrado entre a União e a CAIXA.

Em 13 de outubro de 2009, por meio da Medida Provisória nº 470, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 6.000.000. Dessa forma, em outubro de 2009 a CAIXA firmou o contrato IHCD nº 504, com a liberação dos valores em duas tranches: R\$ 2.000.400 em outubro de 2009 e R\$ 3.999.600 em janeiro de 2010.

Em 20 de setembro de 2012, por meio da Medida Provisória nº 581, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 13.000.000, em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como capital. Nesse sentido a CAIXA assinou os contratos IHCD nº 752 e nº 754 em setembro de 2012 nos valores de R\$ 6.800.000 e R\$ 6.200.000, respectivamente.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os IHCD nº 348, 504, 752 e 754 foram contratados durante a vigência da Resolução CMN nº. 3.444/07, com cláusulas aderentes à qualificação como Capital a ser utilizado no Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência, observados os limitadores existentes à época.

Em observação às Medidas Provisórias 600/12 e 620/13 e em atenção aos requisitos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional por meio da Resolução CMN nº 4.192/13, em junho de 2013, a CAIXA e a União assinaram dois Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD no valor total de R\$ 8.000.000 (Contratos nº 868 de R\$ 3.000.000 e nº 869 de R\$ 5.000.000). Em agosto de 2013, o BACEN considerou estes contratos elegíveis ao Nível I – Capital Principal do Patrimônio de Referência.

Haja vista a implementação das regras de Basileia III a partir de outubro de 2013, a CAIXA assinou em novembro de 2013 aditivos aos contratos nº 348, 504, 752 e 754 para adequação à Resolução CMN nº 4.192/13, sendo realizada nova solicitação ao Banco Central do Brasil – BACEN para elegibilidade da dívida como Nível I – Capital Principal.

Enquanto aguardava-se a autorização do BACEN para a classificação destes instrumentos híbridos como Nível I – Capital Principal, a partir de outubro de 2013 os contratos passaram a ser considerados como Nível I – Capital Complementar e tiveram o percentual de 10% a.a. aplicados como redutor, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.192/13.

Em julho de 2014, o BACEN considerou os contratos nº 348, 504, 752 e 754 elegíveis ao Nível I – Capital Principal do PR da CAIXA. Assim, o valor integral dos contratos passou a constar no Capital Principal da instituição e o redutor de 10% a.a. aplicado até junho de 2014 deixou de ser considerado.

A Resolução CMN nº 4.192/13 determina a reclassificação dos instrumentos que atendam às características de Capital Principal para o Patrimônio Líquido nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Composição dos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, classificados em Outras Obrigações – Instrumentos de dívida elegíveis a capital:

Discriminação	30/06/2015	30/06/2014
IHCD - elegíveis a capital principal (1)	-	28.744.579
Contrato 348	-	7.672.071
Contrato 504	-	7.800.581
Contrato 752	-	6.883.676
Contrato 754	-	6.388.251
Contratos 868 e 869	-	-
IHCD - não elegíveis a capital principal (2)	988.282	98.443
Total	988.282	28.843.022

(1) Os instrumentos financeiros subordinados elegíveis a capital principal são classificados dentro do patrimônio líquido nas Demonstrações Contábeis Consolidadas - Nota 19 (a).

(2) Composto por juros remuneratórios a pagar e atualização monetária não incorporada.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Diversas

Descrição	30/06/2015	30/06/2014
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego	16.397.054	7.636.950
Saúde Caixa	12.097.849	6.646.187
Auxílio e cesta alimentação	1.055.997	757.123
Planos de benefícios - Previdência privada	3.243.208	233.640
Provisões para pagamentos a efetuar	4.598.833	4.323.965
Credores diversos - País (Nota 18 (f))	13.862.411	13.528.078
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30 (a))	3.314.839	3.211.582
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30 (a))	2.638.349	2.675.840
Provisões para causas judiciais - outras (Nota 30 (a))	5.796	7.317
Financiamentos imobiliários a liberar	4.657.126	6.939.189
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	1.263	169.755
Recursos vinculados a cessão de crédito (2)	5.000.297	4.016.575
Obrigações por convênios	618.988	247.714
Obrigações por contribuições ao SFH	70.228	71.200
Recursos do FGTS para amortizações	587.388	381.629
Valores a pagar a sociedades ligadas	236.471	62.778
Credores diversos exterior	13.907	143
Total	52.002.950	43.272.715

(1) Recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

(2) Operações de crédito de habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN 3533/2008

(f) Credores diversos – País

Descrição	30/06/2015	30/06/2014
Cartões de crédito	6.658.538	6.305.828
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (1)	34.168	60.880
Fornecedores	894.817	992.934
Aquisição de folhas de pagamento - valores a liberar	505.490	529.140
Crédito comercial – repasses	125.165	110.470
Crédito imobiliário – repasses	688.240	752.921
Obrigações com a União – repasses	43.518	39.806
Outros credores – poupança simplificada	500.178	499.799
Contas a pagar (2)	206.678	1.124.012
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	57.068	47.467
Valores a restituir – penhor	96.279	143.315
Valores a apropriar	3.731.644	2.521.193
Outros credores diversos	320.628	400.313
Total	13.862.411	13.528.078

(1) EMGEA: referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

(2) Passivos classificados em contas transitórias, principalmente, arrecadações de empréstimos comerciais e financiamentos habitacionais.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 19 – Patrimônio líquido

(a) Capital social

O Decreto nº 7.973 da Presidência da República, de 28 de março de 2013, aprovou o Estatuto da CAIXA. Em seu artigo 7º instituiu o Capital Social no montante de R\$ 22.054.802, exclusivamente integralizado pela União Federal.

(b) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital principal

O artigo 16 da Resolução CMN nº 4.192/13 autoriza instituições financeiras públicas federais a comporem seu Nível I – Capital Principal com elementos patrimoniais, instrumentos financeiros subordinados e instrumentos híbridos de capital e dívida, desde que atendam requisitos elencados na norma como, por exemplo, possuir remuneração integralmente variável, características de perpetuidade e de absorção de perdas durante o funcionamento das atividades (*going-concern*).

Essa norma determina, ainda, que os instrumentos que atendam às características de Capital Principal devem ser reclassificados como patrimônio líquido para fins de divulgação das demonstrações financeiras. Dessa forma, nas demonstrações contábeis individuais, os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida elegíveis a compor o Capital Principal são registrados no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas operacionais, enquanto nas demonstrações contábeis consolidadas são reclassificados para o patrimônio líquido, com base no entendimento e nas orientações do Banco Central do Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade dessas demonstrações contábeis consolidadas.

Em observação às Medidas Provisórias 600/12 e 620/13 e em atenção aos requisitos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional por meio da Resolução CMN nº 4.192/13, em junho de 2013, a CAIXA e a União assinaram dois Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD no valor total de R\$ 8.000.000 (Contrato nº 868 de R\$ 3.000.000 e nº 869 de R\$ 5.000.000).

Assim, os R\$ 8.000.000 contratados em junho de 2013, aderentes aos requisitos elencados na Resolução CMN nº. 4.192/13 para integrar o Capital Principal foram autorizados em agosto de 2013 pelo Banco Central do Brasil a compor integralmente o Nível I – Capital Principal do PR, onde passaram a compor também o PL da CAIXA para fins de evidenciação.

Em julho de 2014, o BACEN considerou os IHCDs nº 348, 504, 752 e 754 elegíveis à Nível I – Capital Principal, data onde passam a compor também o PL da CAIXA para fins de evidenciação.

Tais contratos foram aditados com cláusulas semelhantes aos contratos nº 868 e 869 e eram mantidos como Capital Complementar enquanto aguardavam autorização do BACEN para reclassificação ao Capital Principal.

Dessa forma, todos os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida da CAIXA são classificados como Capital Principal e, portanto, compõem o Patrimônio Líquido da CAIXA para fins de evidenciação. A tabela a seguir apresenta a posição dos contratos.

Discriminação	30/06/2015	30/06/2014
Contrato 348	7.411.895	-
Contrato 504	7.564.073	-
Contrato 752	6.800.000	-
Contrato 754	6.310.598	-
Contratos 868 e 869	8.000.000	8.000.000
Total	36.086.566	8.000.000

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para fins de composição do Patrimônio de Referência, considera-se apenas o valor de face dos contratos somado à Atualização Monetária incorporada de exercícios anteriores. Tendo em vista que os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

(c) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 13,99% (Nota 33), sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

(d) Reservas de reavaliação e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas por 100% do resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido, depois de deduzida a parcela apropriada ao Fundo para Desenvolvimento de Loterias. O Fundo para Desenvolvimento de Loterias tem por objeto fazer face a investimentos necessários à modernização das loterias e a dispêndios com sua divulgação e publicidade, nos termos da legislação específica, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

A reserva de margem operacional destinada à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da CAIXA é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

Descrição	30/06/2015	30/06/2014
Reservas de Reavaliação	400.031	388.622
Reservas de Lucros	6.221.877	3.884.084
Reserva legal	2.465.156	2.174.969
Reserva estatutária – loterias	2.411.955	1.709.115
Reservas margem operacional	1.344.766	-

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

São assegurados dividendos sobre o lucro líquido ajustado de no mínimo 25%, após apuração de resultado do período.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período. O total dos juros sobre o capital próprio perfaz um montante de R\$ 816.147(30/06/2014 – 654.268) e proporcionou uma redução na despesa com encargos tributários de IR e CSLL no montante de R\$ 326.459 até 30/06/2015 (R\$ 261.707 até 30/06/2014).

Em 2015, foi repassado à União o montante de R\$ R\$ 1.072.774 (R\$ 29.421 correspondente à atualização monetária) a título de dividendos complementares do exercício de 2014.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

(a) Créditos tributários

A rubrica "créditos tributários" possui como valores relevantes:

- créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº 2.158-35/2001;
- créditos de IRPJ, decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias, à alíquota de 25%;
- créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999, à alíquota de 15%; e
- créditos de PASEP e COFINS de diferenças temporárias decorrentes de ajuste a valor de mercado de operações com títulos e valores mobiliários.

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo, atualizados para 30/06/2015 estão representados a seguir:

Valor Contábil				
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Crédito a 18% - 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2015	133.318	12.036	13.571.338	13.716.692
2016	65.550	-	5.901.425	5.966.975
2017	186.216	-	1.083.744	1.269.960
2018	305.526	-	667.807	973.333
2019	461.776	-	615.393	1.077.169
2020	221.324	-	622.624	843.948
2021 a 2024	-	-	5.252.145	5.252.145
Total	1.373.710	12.036	27.714.476	29.100.222
Valor Presente	1.020.773	10.902	21.998.455	23.030.130

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Créditos Tributários					
	30/06/2015			30/06/2014		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Diferenças Temporárias:	15.524.704	9.118.727	24.643.431	11.824.786	6.891.248	18.716.034
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.743.560	5.681.985	15.425.545	7.793.621	4.512.020	12.305.641
Passivos atuariais	2.011.395	1.206.837	3.218.232	1.210.640	726.385	1.937.025
Provisões trabalhistas	828.693	497.216	1.325.909	802.896	481.737	1.284.633
Provisões cíveis	721.844	433.106	1.154.950	725.891	435.535	1.161.426
Despesas de captação não incorridas - IHCD	247.070	148.242	395.312	243.766	146.259	390.025
Provisão para perdas - FCVS a receber	491.372	294.823	786.195	-	-	-
Ajuste a valor de mercado de títulos para negociação	468.916	281.350	750.266	213.376	128.026	341.402
Provisão para desvalorização de bens não de uso	9.132	5.479	14.611	7.593	4.556	12.149
Provisões fiscais	29.309	17.586	46.895	32.592	19.555	52.147
Outros	973.413	552.103	1.525.516	794.411	437.175	1.231.586
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL:	1.373.710	12.036	1.385.746	1.563.523	127.607	1.691.130
Prejuízo fiscal a realizar	1.373.710	-	1.373.710	1.563.523	-	1.563.523
Crédito de CSLL a 18% a realizar	-	12.036	12.036	-	127.607	127.607
Total dos créditos com impacto no resultado	16.898.414	9.130.763	26.029.177	13.388.309	7.018.855	20.407.164
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	-	-	-	317.891	190.734	508.625
Perdas atuariais CPC 33	1.835.326	1.101.195	2.936.521	-	-	-
Total dos créditos com impacto no patrimônio líquido	1.835.326	1.101.195	2.936.521	317.891	190.734	508.625
Total dos créditos tributários	18.733.740	10.231.958	28.965.698	13.706.200	7.209.589	20.915.789
Total dos créditos não constituídos	571.578	368.201	939.779	1.679.121	993.808	2.672.929

Descrição	Créditos Tributários					
	30/06/2015			30/06/2014		
	PASEP	COFINS	Total	PASEP	COFINS	Total
Total dos créditos com impacto no resultado	18.805	115.719	134.524	11.391	70.103	81.494
Ajuste a mercado	12.381	76.188	88.569	5.054	31.099	36.153
Despesas de captação não incorridas - IHCD	6.424	39.531	45.955	6.337	39.004	45.341
Total dos créditos com impacto no patrimônio líquido	-	-	-	8.668	53.343	62.011
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	-	-	-	8.668	53.343	62.011
Total	18.805	115.719	134.524	20.059	123.446	143.505

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação do crédito tributário

Movimentação do Crédito Tributário			
Descrição	Valor Bruto	Provisão	Total
Saldo em 31/12/2014	26.779.294	(1.586.238)	25.193.056
Constituição de diferenças temporárias no período	3.627.339	-	3.627.339
Constituição de Provisão	(646.459)	646.459	-
Reversão PASEP/COFINS	58.809	-	58.809
Constituição sobre o ajuste a valor de mercado de Títulos Disponíveis para Venda	(1.083.226)	-	(1.083.226)
Realização do Crédito Tributário IRPJ	1.598.530	-	1.598.530
Realização do Crédito Tributário CSLL	(182.380)	-	(182.380)
Baixa de Crédito Tributário - Ano 2002 MP 2.158-35/01	(111.906)	-	(111.906)
Saldo em 30/06/2015	30.040.001	(939.779)	29.100.222
Saldo em 30/06/2014	23.732.223	(2.672.929)	21.059.294

(c) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Descrição	30/06/2015		30/06/2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	1.159.295	1.159.295	3.464.007	3.464.007
Encargo IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(289.812)	(173.894)	(865.990)	(519.601)
Efeitos tributários adições e exclusões	(682.216)	(409.715)	(319.811)	(191.941)
Juros sobre o capital próprio	204.037	122.422	188.177	112.907
Participação dos empregados nos lucros	108.743	65.246	87.949	52.770
Ativo fiscal diferido - Realização de PF e BN	166.867	103.418	274.068	275.300
Incentivo fiscal	26.588	-	33.755	-
Reserva de reavaliação	3.080	1.848	4.013	2.407
Part. em coligadas e controladas	6.103	3.662	6.921	4.152
Outros	87.751	44.241	38.184	(67.634)
Despesa corrente	(368.859)	(242.772)	(552.734)	(331.640)
Ajuste Reprocessamento	(34.513)	(22.538)	-	-
Total Despesa corrente	(403.372)	(265.310)	(552.734)	(331.640)
Ativo fiscal diferido	2.084.773	1.248.386	494.443	187.395
Diferenças temporárias	2.267.153	1.360.292	768.511	462.694
Prejuízo Fiscal / Base Negativa de CSLL	(166.867)	-	(274.068)	(158.346)
Realização de PF - Ajuste de Reprocessamento	(15.513)	-	-	-
CSLL a 18%	-	(103.418)	-	(116.953)
Realização de BN a 18% - Ajuste de Reprocessamento	-	(8.488)	-	-
Passivo Fiscal Diferido	59.163	35.517	300.041	179.985
Despesa diferida/marcação a mercado	59.163	35.517	300.041	179.985
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	1.740.564	1.018.593	241.750	35.740

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 21 – Receitas da intermediação financeira

Descrição	2015	2014
	1º semestre	1º semestre
Resultado de operação de crédito	40.759.197	30.429.462
Operações compromissadas	7.785.498	4.706.085
Ativos financeiros mantidos para negociação	4.808.724	4.636.062
Ativos financeiros disponíveis para venda	747.542	805.107
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	3.621.581	2.859.460
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	2.019.157	(893.139)
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	4.109.439	3.431.948
Créditos vinculados ao SFH	1.031.273	810.735
Resultado de operações de câmbio	-	299.977
Outras	429.442	621.945
Total	65.311.853	47.707.642

Nota 22 – Despesas da intermediação financeira

Descrição	2015	2014
	1º semestre	1º semestre
Operações com clientes	(23.287.784)	(16.221.257)
Operações com instituições financeiras	(132.368)	(108.879)
Operações compromissadas	(10.314.235)	(7.333.913)
Empréstimos, cessões e repasses	(7.575.090)	(5.450.286)
Resultado com câmbio	(1.957.628)	-
Depósitos especiais e fundos e programas	(646.988)	(521.255)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(9.582.927)	(6.429.669)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(1.517.406)	(181.208)
Total	(55.014.426)	(36.246.467)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

a) Receitas de prestação de serviços

Descrição	2015	2014
	1º semestre	1º semestre
Tesouro nacional e administração de fundos sociais	3.193.974	2.802.659
Fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS)	2.143.666	1.903.467
Fundo de compensação de variações salariais (FCVS)	63.949	57.338
Programa de integração social (PIS)	22.410	22.243
Loterias federais	594.386	568.964
Financiamento estudantil - (FIES)	208.792	127.949
Fundo de arrendamento residencial (FAR)	33.599	38.504
Repasses secretaria do tesouro nacional (STN)	96.082	51.521
Seguro-desemprego	29.662	31.477
Outros	1.428	1.196
Rendas de cartões	762.740	731.030
Operações de crédito e garantias prestadas	980.594	839.964
Cobrança	334.615	312.785
Arrecadações	1.184.867	1.149.147
Fundos de investimentos e carteiras administradas	704.669	699.463
Conta corrente	128.419	54.616
Programa de transferência de renda	170.045	183.021
Prestados a ligadas	304.506	283.771
Outros serviços	253.875	230.427
Total	8.018.304	7.286.883

b) Rendas de Tarifas Bancárias

Descrição	2015	2014
	1º semestre	1º semestre
Rendas de cartões	306.404	213.265
Operações de crédito e cadastro	503.772	415.493
Pacote de serviços	852.042	669.294
Contas de depósito	209.564	164.629
Transferência de recursos	97.602	75.185
Outras	10.671	7.133
Total	1.980.055	1.544.999

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 24 – Despesas com pessoal

Descrição	2015	2014
	1º semestre	1º semestre
Proventos	(6.105.117)	(5.317.884)
Salários e proventos	(5.600.021)	(4.996.531)
Indenizações trabalhistas	(505.096)	(321.353)
Benefícios	(1.195.094)	(1.059.262)
Encargos sociais:	(2.247.463)	(2.065.854)
FGTS	(419.256)	(382.787)
Previdência social	(1.297.256)	(1.180.636)
Prev. complementar	(404.865)	(388.944)
Outros encargos	(126.086)	(113.487)
Outros	(80.437)	(91.090)
Total	(9.628.111)	(8.534.090)

Nota 25 – Outras despesas administrativas

Descrição	2015	2014
	1º semestre	1º semestre
Comunicações	(314.848)	(330.043)
Manutenção e conservação de bens	(439.764)	(440.286)
Água e energia	(223.487)	(163.637)
Aluguéis e arrendamento de bens	(732.941)	(651.147)
Despesas de material	(104.106)	(103.258)
Processamento de dados	(698.676)	(574.592)
Promoções e relações públicas	(182.391)	(167.261)
Propaganda e publicidade	(142.706)	(232.992)
Serviços do sistema financeiro	(248.883)	(201.453)
Serviços de terceiros	(832.239)	(782.468)
Serviços especializados	(331.727)	(319.377)
Serviços de vigilância e segurança	(390.529)	(446.298)
Amortização	(333.936)	(324.498)
Depreciação	(469.118)	(398.044)
Outras administrativas	(191.030)	(178.363)
Total	(5.636.381)	(5.313.717)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 26 – Outras receitas operacionais

Descrição	2015	2014
	1º semestre	1º semestre
Comissões e taxas sobre operações (1)	965.328	608.489
Comissões e taxas sobre operações - agente financeiro FGTS	1.868.092	1.759.488
Recuperação de despesas	670.812	600.424
Reversão de outras provisões operacionais	934.671	948.135
Receitas de dividendos	608	6.561
Atualização de depósitos em garantia	407.298	329.039
Rendas de créditos específicos	39.732	30.994
Receita de desagio na aquisição de royalties	3.045	76.181
Recuperação de despesas – PASEP/COFINS (2)	109.137	233.015
Atualização Monetária sobre Operações Diversas (3)	123.548	501
Outras receitas operacionais	357.712	381.838
Total	5.479.983	4.974.665

(1) Variação apresentada no exercício de 2014 refere-se essencialmente à repactuação de contrato da CAIXA com a EMGEA;

(2) Recuperação de despesas com PASEP/COFINS decorrente da inclusão das despesas de juros com IHCD na base de cálculo, Lei nº 12.973/2014.

(3) Variação apresentada em 2015 refere-se essencialmente à atualização monetária de valores a receber pela prestação de serviços ao OGU.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 27 – Outras despesas operacionais

Descrição	2015	2014
	1º semestre	1º semestre
FCVS a receber - provisão/perdas	(107.493)	(192.804)
Obrigações com fundos e programas	(547.455)	(259.349)
Inst. híbrido de capital e dívida – AM	(122.711)	(904.014)
Despesas com cartão	(669.165)	(556.094)
Despesas com loterias	(112.898)	(99.287)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(1.147.926)	(1.022.496)
FGTS - arrecadação/pagamento	(253.049)	(246.505)
Serviços automatizados	(160.302)	(134.404)
Alavancagem de negócios	(247.307)	(174.802)
Gestão financ. c/ fundo de previdência	-	(156.820)
Operações de financiamentos Imobiliários	(329.211)	(325.618)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(182.533)	(128.180)
Descontos de operações de crédito	(460.083)	(140.382)
Disp. com operações de fomento - atualização monetária	(225.158)	(87.725)
Despesas com títulos emitidos no exterior	(278.543)	(290.288)
Disp. provisões operacionais	(537.785)	(270.889)
Provisão para causas judiciais	(837.072)	(485.306)
Condenações judiciais	(31.528)	(103.148)
Benefícios sociais	(66.984)	(24.952)
Benefício pós-emprego	(738.636)	(419.296)
Perda no valor recuperável de títulos e créditos a receber	(108.257)	-
Outras	(537.729)	(463.631)
Total	(7.701.825)	(6.485.990)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 28 – Resultado não operacional

Descrição	2015	2014
	1º semestre	1º semestre
Receitas não operacionais	122.946	105.161
Lucro na alienação de valores e bens	36.359	43.235
Alienação de bens imóveis	13.590	13.547
Sobras de caixa não reclamadas	26.042	24.821
Multas e penalidades	11.052	18.574
Ganhos de Capital c/ ajuste de valores pendentes	22.997	44
Outras rendas não operacionais	12.906	4.940
Despesas não operacionais	(375.650)	(391.052)
Desvalorização de outros valores e bens	(13.364)	(9.392)
Indenizações por perdas e danos	(111.165)	(109.081)
Perdas em imóveis	(29.825)	(23.774)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(108.059)	(99.321)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(15.414)	(9.884)
Perdas em cartões de crédito	(51.767)	(33.028)
Perdas em investimentos permanentes avaliados pelo custo	(29.989)	(97.117)
Outras despesas não operacionais	(16.067)	(9.455)
Total	(252.704)	(285.891)

Nota 29 – Despesas tributárias

Descrição	2015	2014
	1º semestre	1º semestre
Contribuição COFINS	(1.136.356)	(1.003.673)
PIS/PASEP	(185.009)	(163.393)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(315.815)	(237.285)
Despesas com IPTU	(56.587)	(53.195)
Outras	(20.993)	(4.021)
Total	(1.714.760)	(1.461.567)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Ativos contingentes

A CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como provável.

Provisões e passivos contingentes

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor em risco:

a) para ações relevantes, a análise é feita individualmente, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como provável, possível ou remota;

b) para as demais ações (não relevantes), o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses e são classificadas como prováveis.

As ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

(a) Risco Provável:

Descrição	31/12/2014	1º semestre de 2015					30/06/2015	30/06/2014
		Novas provisões	Atualização Monetária	Adições de provisões existentes	Reversões de provisões existentes	Baixas por pagamento		
Fiscais (Nota 18 (b))	163.964	7.523	4.817	14.616	(33.996)	(1.480)	155.444	179.845
INSS	19.668	4.413	843	51	(84)	-	24.891	21.501
ISS	102.480	2.121	2.296	13.979	(29.963)	(1.453)	89.460	106.339
Outros	41.816	989	1.678	586	(3.949)	(27)	41.093	52.005
Cíveis (Nota 18 (e))	2.575.029	171.643	100.347	262.604	(445.779)	(25.495)	2.638.349	2.675.840
Perdas e danos	832.693	130.925	39.846	60.868	(310.610)	(24.554)	729.168	910.612
Poupança	882.507	31.563	6.059	195.686	(113.460)	(939)	1.001.416	775.685
Loterias	15.474	49	925	51	(1.097)	(2)	15.400	14.285
Crédito imobiliário	108.033	811	6.777	-	(10.198)	-	105.423	103.826
Contingenciamento do FGTS	736.322	8.295	46.740	5.999	(10.414)	-	786.942	871.432
Trabalhistas (Nota 18 (e))	2.836.810	312.951	111.979	297.210	(222.568)	(21.543)	3.314.839	3.211.582
Outras (Nota 18 (e))	-	5.796	-	-	-	-	5.796	7.317
Total	5.575.803	497.913	217.143	574.430	(702.343)	(48.518)	6.114.428	6.074.584

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Ações fiscais

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade ínsita a cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se, neste tomo, as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio alimentação, APIP e licença prêmio, cujos valores, repositados para 30 de Junho de 2015, correspondem ao total de R\$ 1.480.811 (30/06/2014 – R\$ 1.449.624), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 24.891 (30/06/2014 - R\$ 21.501).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados.

Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação autuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo cujo valor total, em 30 de Junho de 2015, corresponde ao montante de R\$ 506.808 (30/06/2014 - R\$ 559.209).

Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, ultimou-se no valor da provisão ora constituída de R\$ 89.460 (30/06/2014 - R\$ 106.339).

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais a materialidade do débito de CSLL decorrente de 2 processos de PERD/COMP não homologados no valor de R\$ 7.632 (30/06/2014 - R\$ 6.873), em referência a questões procedimentais sobre compensação de créditos efetivamente constituídos em DCTF, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

(ii) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros.

Em 30 de Junho de 2015 constavam 61.709 processos trabalhistas provisionados, sendo aproximadamente 58.923 “não relevantes” e 2.786 “relevantes”.

Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 30 de Junho de 2015 constavam 317.479 processos cíveis provisionados, sendo aproximadamente 316.353 “não relevantes” e 1.126 “relevantes”.

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança.

A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 30 de Junho de 2015 foi provisionado R\$ 1 bilhão para estes processos.

Cabe ressaltar que o direito a novas postulações encontra-se prescrito, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que seja proferida, por essa Corte, decisão vinculativa a todos os casos relacionados que discutam esta matéria.

Também são significativos os processos que visam reparação de danos envolvendo repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado em 30 de Junho de 2015 para estes processos foi de R\$ 786 milhões.

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Visando reduzir o litígio judicial em 2014, a CAIXA realizou 19.496 acordos processuais, diminuindo, conseqüentemente, os valores que seriam integralmente despendidos se persistisse a condenação judicial, além de oportunizar ao cliente uma rápida solução para o problema enfrentado. Além disto, continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(b) Risco possível

Com base na Resolução CMN n.º 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

Descrição	30/06/2015	30/06/2014
Demandas Fiscais	5.512.011	5.266.426
Demandas Cíveis	1.402.959	1.157.096
Total	6.914.970	6.423.522

(i) Ações fiscais

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como pólo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R\$ 5.512.011, em 30 de Junho de 2015 (30/06/2014 - R\$ 5.266.426), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

a) O montante de R\$ 79.314 (30/06/2014 – 72.642), refere-se a uma execução fiscal na qual o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação alega o não recolhimento, na época própria, da contribuição de natureza tributária, conforme apurado em notificação fiscal de lançamento de débito;

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- b) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 4.545.538, em 30 de Junho de 2015 (30/06/2014 - R\$ 4.429.137), pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº. 2.445 e 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993;
- c) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 202.767, em 30 de Junho de 2015 (30/06/2014 - R\$ 196.373), com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;
- d) CSLL, no valor de R\$ 150.988, em 30 de Junho de 2015 (30/06/2014 – R\$ 143.392), relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e
- e) Autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), no valor total de R\$ 224.411 (30/06/2014 – R\$ 203.906), em 30 de Junho de 2015, sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de “comunicação” para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

(ii) Ações cíveis

A CAIXA, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remoto.

O montante de R\$ 1.402.959 (30/06/2014 – R\$ 1.157.000) classificado como probabilidade de perda possível, refere-se a uma ação popular na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH.

(c) Composição dos depósitos judiciais:

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

Descrição	30/06/2015	30/06/2014
Demandas Fiscais	9.598.952	9.003.715
Demandas Cíveis	743.131	679.410
Demandas Trabalhistas	2.675.782	2.396.724
Total	13.017.865	12.079.849

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 31 – Partes relacionadas

(a) Entidade Controladora

A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, cujo capital social foi exclusivamente integralizado pela União. Dessa forma, encontra-se sob controle direto da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

(b) Partes Relacionadas

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis, abaixo é apresentada a natureza do relacionamento da CAIXA com essas entidades:

Partes Relacionadas	
Entidade	Relacionamento
Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Controladora Direta
CAIXA Participações S.A. – CAIXAPAR (1)	Controlada Direta
CAIXA Seguros Holding S.A. (2)	Controladas em Conjunto Indiretas (Joint Venture)
Banco PAN S.A.	
Capgemini S.A.	
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	Plano de Benefícios Pós-Emprego

(1) Transações realizadas com essa subsidiária integral são evidenciadas, por meio das eliminações, quando da elaboração das demonstrações contábeis da CAIXA, tendo em vista tratar-se da única entidade objeto de consolidação integral.

(2) Constituída com o objetivo de controlar as empresas do Grupo CAIXA Seguros é composta pelas entidades CAIXA Seguros Participações Societárias Ltda., CAIXA Seguradora S.A., CAIXA Vida e Previdência S.A., CAIXA Capitalização S.A., CAIXA Administradora de Consórcios S.A., CAIXA Seguros Especializada em Saúde S.A., CAIXA Seguros Assessoria e Consultoria Ltda., CAIXA Seguros Participações do Sul Ltda. e Companhia de Seguros Previdência do Sul S.A..

(c) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

Com relação às transações realizadas com o Tesouro Nacional e entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, por essa parte, a CAIXA optou pela isenção parcial a que se refere o item 26 do Pronunciamento Técnico CPC 05, apresentando os saldos das transações mais significativas. Basicamente, essas transações referem-se a concessão de empréstimos e financiamentos, prestação de serviços bancários de pagamento e/ou arrecadação e manutenção de contas de depósitos.

A CAIXA, além disso, mantém transações diversas com a CAIXA Seguros Holding, incluindo suas investidas, mencionadas no rodapé do quadro (b) – Partes Relacionadas. Destaca-se a disponibilização de sua rede de atendimento para comercialização, por partes das referidas investidas, de seguros, títulos de capitalização, planos de previdência e consórcios. Além disso, em contrapartida, a CAIXA presta serviços bancários diversos para essas partes relacionadas, tais como manutenção de contas de depósito, aplicações financeiras e convênios de arrecadação e pagamento. Com relação às transações realizadas com o Banco PAN, destaca-se, dentre outras, a manutenção de acordo operacional que estabelece um limite reutilizável para aquisição de carteiras de crédito e para aplicações em depósitos interfinanceiros. Com a Capgemini, a CAIXA mantém contratos de prestação de serviços em tecnologia da informação, voltados para o desenvolvimento de soluções corporativas para uso próprio. A CAIXA mantém contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade da FUNCEF.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir apresenta os saldos patrimoniais decorrentes de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

Descrição	30/06/2015			30/06/2014		
	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades
ATIVO:	5.573.519	18.575.888	-	4.158.004	14.021.944	-
Aplicações em dep. interfinanceiros:	-	5.663.446	-	-	5.473.848	-
Banco PAN	-	5.663.446	-	-	5.473.848	-
Rendas a receber:	3.845.890	5.438	-	2.570.710	478	-
Caixa Seguros Holding S.A.	-	5.438	-	-	478	-
STN – Tesouro nacional	3.845.890	-	-	2.570.710	-	-
Operações de Crédito:	935.712	-	-	870.559	-	-
STN – Tesouro nacional	935.712	-	-	870.559	-	-
Créditos adquiridos:	-	12.907.004	-	-	8.547.618	-
Banco PAN	-	12.907.004	-	-	8.547.618	-
Outros créditos:	791.917	-	-	716.735	-	-
STN – Tesouro nacional	791.917	-	-	716.735	-	-
PASSIVO:	536.105	976.165	-	623.636	542.058	-
Depósitos:	490.831	21.891	-	584.433	12.993	-
Banco PAN	-	1.625	-	-	-	-
Caixa Seguros Holding S.A.	-	20.266	-	-	12.993	-
FUNCEF	-	-	-	-	-	-
STN – Tesouro nacional	490.831	-	-	584.433	-	-
Captações no mercado aberto	-	700.354	-	-	428.176	-
Banco PAN	-	700.354	-	-	428.176	-
Repasses do país - instituições oficiais	2.738	-	-	431	-	-
STN - Tesouro nacional	2.738	-	-	431	-	-
Obrigações diversas:	42.536	253.920	-	38.772	100.889	-
Banco PAN	-	194.321	-	-	38.028	-
Capgemini S.A.	-	59.599	-	-	62.861	-
STN – Tesouro nacional	42.536	-	-	38.772	-	-

O quadro a seguir apresenta os saldos que compõem o resultado decorrentes de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

Descrição	1º semestre - 2015			1º semestre - 2014		
	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades
RECEITAS:	136.246	685.412	-	83.369	576.652	-
Rdas. dep. interfinanceiros:	-	380.903	-	-	290.539	-
Banco PAN	-	380.903	-	-	290.539	-
Rendas prest. serviços:	96.514	304.509	-	52.375	286.113	-
Caixa Seg. Holding S.A.	-	304.509	-	-	286.113	-
STN – Tesouro nacional	96.514	-	-	52.375	-	-
Outras rec. operacionais:	39.732	-	-	30.994	-	-
STN – Tesouro nacional	39.732	-	-	30.994	-	-
DESPESAS:	(2.031)	(246.757)	(32.251)	(2.088)	(136.260)	(29.408)
Desp. admin. – aluguéis:	-	-	(32.251)	-	-	(29.408)
FUNCEF	-	-	(32.251)	-	-	(29.408)
Outras desp. operacionais:	(2.031)	(246.757)	-	(2.088)	(136.260)	-
Banco PAN	-	(88.593)	-	-	(14.466)	-
Caixa Seg. Holding S.A.	-	-	-	-	-	-
Capgemini S.A.	-	(158.164)	-	-	(121.794)	-
STN – Tesouro nacional	(2.031)	-	-	(2.088)	-	-

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Remuneração de empregados e dirigentes

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

Descrição	2015	2014
	1º semestre	1º semestre
Benefícios de curto prazo	20.248	13.251
Proventos	15.069	9.810
Encargos Sociais	5.179	3.441

Descrição	30/06/2015 (valores em R\$)		30/06/2014 (valores em R\$)	
	Administrador	Empregado	Administrador	Empregado
Maior salário	50.973	33.532	48.019	30.905
Salário médio	41.131	7.244	38.748	6.585
Menor salário	37.976	2.208	35.775	2.073
Benefícios	4.131	2.376	3.965	2.079

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

Conforme normas vigentes, a CAIXA não concede empréstimos ou adiantamentos ao pessoal-chave da administração.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 32 – Gerenciamento do risco corporativo

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégico, reputação, atuarial e socioambiental, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração. O gerenciamento de riscos e de capital é percebido pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos. A Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Gerenciamento de Capital e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível no site: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA, governança corporativa.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Exigência de Capital Regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar, conforme as Resoluções CMN nº 3.444/2007 e 3.490/2007, que definem a metodologia de apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Exigido:

Cálculo da exigência de capital regulamentar		
Descrição	30/06/2015 (1)	30/06/2014
Patrimônio de Referência – PR	77.543.602	68.203.567
Nível I	57.802.919	56.480.962
Capital Principal – CP	57.802.919	34.186.596
Patrimônio Líquido (2)	26.436.920	28.244.519
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013	36.086.566	8.000.000
Excesso ao limite estabelecido no art. 25 da Resolução CMN nº 4.192/2013	(198.111)	-
Ajustes prudenciais	(4.522.456)	(2.057.923)
Capital Complementar – CC	-	22.294.366
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	-	22.294.366
Nível II	19.740.683	11.722.605
Instrumentos de dívida subordinada	18.653.065	11.722.605
Instrumentos de dívida subordinada (dedução 20%)	(800.796)	-
Notas Subordinadas	1.619.165	-
Letras Financeiras	273.180	-
Letras Financeiras (dedução 20%)	(3.931)	-
Ativos ponderados pelo risco – RWA	554.171.966	514.119.087
Risco de crédito - RWA_{CPAD}	517.010.889	491.776.859
Risco de mercado – carteira de negociação - RWA_{MPAD}	3.567.837	1.966.187
Taxa de juros – RWA_{JUR}	1.756.766	1.631.057
Commodities – RWA_{COM}	-	-
Ações – RWA_{ACS}	-	-
Câmbio – RWA_{CAM}	1.811.071	335.130
Risco operacional - RWA_{OPAD}	33.593.240	20.376.041
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido ($RWA \cdot 0,11$) - PRMR	60.958.916	56.553.100
Risco de mercado – carteira de não negociação - R_{BAN}	8.381.101	4.176.822
Margem de capital (PR - PRMR - R_{BAN})	8.203.585	7.473.645
Índice de capital principal (CP / RWA)	10,43%	6,65%
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	10,43%	10,99%
Índice de Basileia (PR / RWA)	13,99%	13,27%

(1) Conforme as Resoluções CMN nº 4.192 e 4.193/13, a partir de janeiro de 2015, o cálculo do patrimônio de referência e o cálculo dos requerimentos mínimos de capital passaram a considerar o Conglomerado Prudencial.

(2) Patrimônio Líquido descontado dos Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 33 – Eventos Subsequentes

A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) devida pelas pessoas jurídicas de seguros privados, de capitalização e pelas instituições financeiras de 15% (quinze por cento) para 20% (vinte por cento). A medida entrará em vigor em 1º de setembro de 2015 e produzirá impactos na tributação corrente e diferida da Instituição.

Miriam Aparecida Belchior
Presidenta

Antônio Carlos Ferreira
Vice-presidente

Fábio Lenza
Vice-presidente

Lucas José Palomero
Vice-presidente interino
Portaria nº 932/2015

Joaquim Lima de Oliveira
Vice-presidente

Jose Carlos Medaglia Filho
Vice-presidente

José Henrique Marques da Cruz
Vice-presidente

Márcio Percival Alves Pinto
Vice-presidente

Rauelison da Silva Muniz dos Santos
Vice-presidente em exercício
Portaria nº 1376/2015

Teotônio Costa Rezende
Vice-presidente interino
Portaria nº 072/2015

Marcos Brasileiro Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF